



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH**  
**DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER**

**FLAVIA GRIPP RIBEIRO**

**Mães estudantes: desafios da maternidade e da permanência na Universidade  
enfrentados pelas alunas do Curso de Serviço Social da UnB.**

**Brasília**  
**2016**

**FLAVIA GRIPP RIBEIRO**

**Mães estudantes: desafios da maternidade e da permanência na Universidade  
enfrentados pelas alunas do Curso de Serviço Social da UnB.**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de Serviço  
Social da Universidade de Brasília (UnB)  
como requisito parcial à obtenção do  
título de bacharel em Serviço Social  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Camila Potyara  
Pereira.**

**Brasília**

**2016**

**BANCA EXAMINADORA**

**Aprovada em: \_\_/\_\_/\_\_\_\_.**

---

**Profª Drª Camila Potyara Pereira – Orientadora**  
**Departamento de Serviço Social da UnB.**

---

**Profª Ms. Patrícia Cristina Pinheiro de Almeida – Membro Interno**  
**Departamento de Serviço Social da UnB.**

---

**Ms. Clarice Barbosa Vieira – Membro Externo**  
**Instituto Federal de Brasília – IFB.**

Dedico este Trabalho aos meus pais, Ângela Maria Gripp Ribeiro e Williams Ribeiro da Silva, por serem meus maiores apoiadores. E à minha querida tia Maria Izabel, pelo amor e cuidado compartilhados.

Levo vocês comigo pra sempre.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu Deus por todas as oportunidades de vida que me trouxeram até aqui, bem como à Universidade de Brasília por ter me proporcionado diversos aprendizados ao longo da graduação, e aos docentes que influenciaram direta e indiretamente neste início da minha jornada profissional.

Com um carinho especial, agradeço à Professora Dra. Camila Potyara por sua dedicação, paciência e incentivo ao longo de todo o processo de criação deste trabalho. Deixo também minha profunda gratidão à banca examinadora que se dispôs a participar deste momento tão importante da minha vida acadêmica.

Agradeço imensamente à minha família, consanguínea e afetiva, que estiveram sempre comigo nas horas difíceis, e acima de tudo incentivando a continuação da minha formação em Serviço Social. Em especial, agradeço aos meus pais, Ângela Maria e Williams Ribeiro; meus tios amados Sonia Maria e Francisco José, e à minha irmã de alma Thaiza Brito, que em momento algum me permitiu desistir ou perder a autoconfiança. Tenham a certeza que jamais me esquecerei do amor e paciência de vocês. Obrigada!

Não poderia deixar também de agradecer ao meu Bonde: Bárbara Firme, Paloma Gomes, Ana Clara, Ana Beatriz, Carolina Sulpino e especialmente a Suenny Moreira, que me capacitou e motivou de inúmeras formas a dar continuidade ao presente trabalho. A amizade e cumplicidade de vocês ao longo do curso foram essenciais pro meu desenvolvimento como pessoa e como futura Assistente Social. Agradeço por todos os sorrisos, lágrimas e experiências compartilhadas!

Por fim, agradeço à todos os meus amigos em geral, especialmente os de longa data, que fazem parte de mim, e por isso merecem meus agradecimentos e afeto: Stefan Ekström, Thalita Chagas, Danilo Aureliano e Eliana Araújo. A certeza da amizade de vocês faz a minha vida mais doce. Muito obrigada!

Ensinamos as meninas a se encolherem, para se tornarem ainda menores. Dizemos para meninas: “Você pode ter ambição, mas não muita. Você deve ansiar para ser bem sucedida, mas não muito bem sucedida. Caso contrário, você vai ameaçar o homem”. Porque sou do sexo feminino, esperam que eu almeje o casamento, esperam que eu faça as escolhas da minha vida, sempre tenha em mente que o casamento é o mais importante. (...) Feminista – a pessoa que acredita na vida social, política e econômica igual entre os sexos.

**Chimamanda Ngozi.**

## RESUMO

Este Trabalho aborda questões de gênero, com críticas ao sistema patriarcal, problematizando o papel social da mulher, sob a ótica do Feminismo e pontuando a necessidade das Políticas Públicas na vida das mulheres brasileiras. Coloca em pauta o exercício da maternagem como ação carregada de valores sociais, e buscar entender quais são os padrões sociais atribuídos às mulheres mães no âmbito familiar, político e econômico. Discorre sobre a conciliação da vida acadêmica com a vida pessoal das mulheres mães do curso de Serviço Social da Universidade de Brasília, fazendo conexões e questionamentos sobre os direitos sociais femininos e o papel da Universidade como instituição. Além de perpassar por elementos raciais e classistas, com o objetivo de enriquecer o debate acadêmico, pontuando a complexidade dos temas abordados, e salientar a necessidade de Programas e Auxílios que contemplem as demandas das mulheres mães e universitárias, e principalmente conscientizá-las de seus direitos. Ilustra a importância dos Movimentos Sociais, com aprofundamento no Movimento Estudantil da Universidade de Brasília em diferentes contextos acadêmicos e sociais, focando no objeto geral da Pesquisa, as mulheres mães estudantes de Serviço Social e com filhos com 0 a 12 anos de idade.

**Palavras-chave:** gênero, mulheres, maternagem, mães estudantes, dupla jornada de trabalho, movimentos sociais, Universidade de Brasília e Serviço Social.

## **ABSTRACT**

This work addresses gender issues, criticizing the patriarchal system, questioning the social role of women, from the perspective of Feminism and punctuating the need of public policies on the life of Brazilian women. Brings forth the exercise of motherhood as action-laden social values, and seek to understand what the social standards attributed to women mothers in the family, political and economic. Discusses the reconciliation of academic life with the personal lives of women mothers of Social Work course at the University of Brasilia, making connections and questions about women's social rights and the role of the University as an institution. In addition to pervade by racial elements and class, in order to enrich the academic debate, punctuating the complexity of the themes, and highlight the need for programs and aid that address the needs of mothers and college women, and especially make them aware of their rights. Illustrates the importance of Social Movements, with deepening the student movement at the University of Brasilia in different academic and social contexts, focusing on the general subject of the research, women mothers students of social work with children aged 0 to 12 years old.

**Keywords:** gender, women, motherhood, students mothers, double work, social movements, University of Brasilia and Social Services .



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CEAM – Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares

DF – Distrito Federal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

ME – Movimento Estudantil

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PPGPS – Programa de Pós-Graduação em Política Social

PT – Partido dos Trabalhadores

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNB – Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	11
CAPÍTULO I – AS MULHERES VÃO À LUTA .....	17
1. A IDENTIDADE E AS DESIGUALDADES DE GÊNERO .....	17
2. O PATRIARCADO E SEUS IMPACTOS NO EXERCÍCIO DA MATERNAGEM.....	21
3. O PAPEL SOCIAL DA MULHER MÃE NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO.....	24
CAPÍTULO II – CONSCIENTIZAÇÃO FEMININA: UMA NECESSIDADE PARA O BEM DE TODAS.....	28
1. AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES .....	28
2. A IMPORTÂNCIA DOS MOVIMENTOS ESTUDANTIS, SOCIAIS E DEBATES ACADÊMICOS .....	34
CAPÍTULO III – ESTUDANTES MÃES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.....	40
1. A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, SEU REGIMENTO INTERNO E A VIVÊNCIA ACADÊMICA .....	40
2. APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA .....	45
3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA.....	46
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	59
6. APÊNDICE.....	62

## 1. INTRODUÇÃO

No contexto da ocupação feminina no mercado de trabalho, na sua qualificação profissional em cursos superiores e de seu papel social e familiar, há inúmeras questões que devem ser abordadas e discutidas.

Nesta perspectiva, e acreditando que mesmo realidades micro podem ser exemplos da reprodução de paradigmas macro, o papel social e familiar da mulher estudante de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB) foi o objeto de estudo desta pesquisa. Para compreendê-lo melhor, no entanto, partiu-se de estatísticas mais gerais, conforme será visto a seguir.

A partir dos anos 1990, houve um aumento significativo nas taxas de ocupações e participações remuneradas por mulheres. Esse fato, que isolado parece exclusivamente positivo, traz em seu bojo um significado a mais: a partir dele, ocorre uma reconfiguração familiar, no âmbito da divisão sexual do trabalho (MONTALI, 2006).

Em 2010, o percentual de mulheres - de diferentes faixas etárias - no ensino superior, era maior do que o dos homens e, segundo dados do Censo 2000 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 8,81% de mulheres com idades entre 19 e 29 anos que cursam o ensino superior, são mães de filhos com idade entre 0 e 4 anos. Esse é um percentual significativo de mulheres que podem precisar de auxílio acadêmico para permanência na Universidade e, também, para obtenção de bom rendimento estudantil (IBGE, 2009).

A formação familiar de cada mulher que é mãe e estudante influencia diretamente no grau de dificuldade que a mesma encontra em conciliar seus estudos com sua vida materna. Sabe-se que o número de mulheres mães e chefes de família é crescente e destacar suas duplas ou triplas jornadas é tarefa extremamente pertinente ao tema, pois não se pode desvincular sua carga de trabalho formal/informal e doméstico, bem como financeiro e social de sua trajetória acadêmica.

É inegável o avanço nos direitos das mulheres e suas participações sociais ao longo da história, mas é preciso destrinchar minuciosamente este assunto, para entender o quanto ainda se faz necessário mudar e melhorar a vida das mulheres que lidam com o acúmulo de jornadas de trabalho.

Erroneamente, ainda se reproduz a ideia que o trabalho doméstico não é, de fato, trabalho e, por assim ser, essa atividade, extremamente cansativa e que, majoritariamente, é atribuída às mulheres, é absolutamente desvalorizada. Não são

reconhecidas as duplas ou triplas jornadas das mulheres que precisam trabalhar em casa, fora de casa, cuidar de filhas e filhos e dar conta das cobranças acadêmicas e sociais.

Como agravantes mulheres negras e de classes sociais mais baixas possuem, no geral, empregos mais precarizados, trabalham mais em casa, passam mais horas no transporte público e possuem menos tempo e condições estruturais para manter bons rendimentos nos estudos. Ou seja, diferentes classes sociais e raças acentuam dificuldades ou privilégios. Porém, as mulheres como um todo são desprivilegiadas em relação aos homens.

Segundo pesquisa realizada pelo IBGE no ano de 2014, mulheres recebiam em média 74,5% da renda dos homens. Este e outros fatores representam a desigualdade de gênero presentes no Brasil, incluindo Distrito Federal (DF). A região do Lago Sul, que possui o maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do DF, apresenta a maior diferença salarial por gênero. Dados como este mostram que a desigualdade de gênero não afeta só um tipo de classe, raça ou etnia, sendo uma questão muito mais profunda e estrutural que está enraizada na cultura machista da sociedade.

Ainda em 2016, a igualdade de gênero não é uma realidade em absolutamente nenhum setor da sociedade. Não são apenas de diferenças salariais, deslegitimação em espaços de discussões, hierarquia empresarial e sexualização do gênero, que padecem as mulheres. Faltam também, por exemplo, políticas públicas que supram por completo a necessidade de mães estudantes, dando suporte físico, financeiro e psicológico para ampará-las.

A partir do exposto, cabe a justificativa pela escolha pelo estudo deste tema. Esta se deu pela vivência na graduação do curso de Serviço Social na Universidade de Brasília e o contato com disciplinas que estimularam o interesse direto e indireto a respeito de mulheres mães estudantes de Serviço Social. Sendo resultado da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), realizado no primeiro semestre de 2016, sob a orientação da professora Camila Potyara, esta pesquisa se propôs a entender e fomentar discussões sobre o referido tema.

Ao cursar a disciplina Cultura Poder e Relações Raciais, ofertada pelo Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares (CEAM), em consonância com diversas outras disciplinas ministradas ao longo da graduação em Serviço Social, despertou-se o interesse pela temática que envolve Mulheres e Serviço Social, inclusive por ser notável a presença majoritariamente feminina no curso em questão.

A leitura de diversos autores que abordam questões de gênero, possibilitou o interesse pelo assunto, focando especificamente em mulheres que são mães de filhos com idade entre 0 e 12 anos de idade e conciliam suas vidas acadêmicas com suas vidas pessoais.

O contexto de jornada dupla, mulheres mães e educação universitária no Brasil, mais especificamente na Universidade de Brasília, é abordado nesta pesquisa, por considerar que trabalhos acadêmicos que abarquem o debate social desta categoria de mulheres ainda sejam escassos no Brasil.

O contexto histórico, social e político da Universidade de Brasília, evidencia que o movimento estudantil, coletivos políticos e lutas cotidianas em busca de melhorias acadêmicas, foram e ainda são motivo de avanço dentro da Universidade. Desde o período da ditadura militar, em que a UnB foi palco de muita repressão política e estudantil, até o contexto atual em que ainda há fortes resquícios do conservadorismo, diversas coisas melhoraram à custa de resistência, manifestações e atos políticos.

Felizmente é crescente o número de movimentos, coletivos e disciplinas que abordam e incentivam o debate das questões de gênero, mas, para além do debate acadêmico, é importante discutir como a Universidade enquanto instituição posiciona-se sobre todas as questões inerentes a este tema.

Ao longo do convívio com o mais diferenciado público estudantil dentro do Serviço Social, percebeu-se que é praticamente unânime a opinião de que a Universidade deveria disponibilizar creche para filhos e filhas das (os) estudantes e servidores (as). Além disso, faz-se indispensável a adoção de outras medidas voltadas para o público que lida com a dupla jornada de trabalho e o sistema de educação público, como programas, auxílios, e até mesmo promovendo discussões entre docentes e discentes, a fim de dar um tratamento digno e eficaz para aquelas que lidam com a dupla jornada de trabalho.

O curso de Serviço Social capacita seus alunos e alunas a lidarem com as mais diferentes expressões e questões de Movimentos Sociais, e por assim ser, ofertam disciplinas obrigatórias e optativas que possuem conteúdo impactante e que motivam o questionamento de diversos acontecimentos sociais. Entretanto, é imprescindível que haja mais contato entre docentes e discentes a fim de encontrar um consenso que favoreça a permanência das alunas mães na Universidade de Brasília e no curso Serviço Social.

O posicionamento não só da Universidade e do Departamento de Serviço Social, mas também dos docentes, são determinantes na vida acadêmica das alunas que precisam lidar com a criação de crianças entre 0 e 12 anos, e as responsabilidades do curso.

Ao cursar a disciplina Trabalho e Sociabilidade com a professora doutora Sílvia Cristina Yannoulas, foi possível ter um contato mais intenso com conteúdos sobre divisão sexual do trabalho, feminismo e questões de raça. Descobriu-se então a vontade de conectar questões de dupla jornada com o contexto acadêmico e estrutural da Universidade de Brasília.

Tendo como base conhecimentos adquiridos ao longo da graduação em Serviço Social, o presente trabalho almeja enriquecer o debate de gênero dentro da UnB, além de viabilizar melhor o entendimento do regimento interno universitário mediante as questões propostas aqui.

Sendo assim, o objeto deste trabalho foi a articulação entre mulheres mães do curso de Serviço Social e a proteção estudantil oferecida a este grupo pela Universidade de Brasília, perpassando regimentos internos, opinião estudantil e vivência das mulheres em questão.

Tem-se como objetivo geral propiciar e enriquecer o debate de gênero dentro da Universidade de Brasília, focando no âmbito de estudantes do curso de Serviço Social que sejam mães de filhos entre 0 e 12 anos de idade, abordando a dupla jornada de trabalho e vida acadêmica.

Como objetivos específicos buscam-se apresentar as dificuldades e questionamentos do público alvo, bem como expor suas opiniões a respeito do assunto tratado, e fomentar o debate de gênero; Refletir sobre o poder de influência da Universidade de Brasília nas questões anteriormente apresentadas, e sobre possíveis mudanças em busca de melhorias; Apresentar uma proposta de conscientização e divulgação das dificuldades e problemáticas descobertas após as entrevista e compreender quais os impactos pessoais e acadêmicos na vida das mulheres mães estudantes de Serviço Social, com filhos de 0 à 12 anos de idade, no âmbito da questão de gênero.

Como hipótese central, acredita-se que a Universidade de Brasília não forneça os meios necessários para que estudantes com filhos na faixa etária entre 0 e 12 anos de idade tenham suporte para permanecer adequadamente na Universidade e exercer suas responsabilidades maternas e acadêmicas, não proporciona debates entre docentes,

discentes e servidores acerca do tema e não estimula a flexibilidade dos departamentos frente à questão exposta.

Supõe-se também que debates sobre questões de gênero, dupla jornada de trabalho, raça e maternidade não são frequentes como deveriam ser e, por falta de esclarecimento e conhecimento sobre estas questões, algumas mulheres sofrem preconceito ou sentem-se prejudicadas em uma ou mais áreas de suas vidas pessoais, profissionais e/ou acadêmicas.

Adotou-se como metodologia principal o método histórico-cultural que busca descrever determinada realidade social, explicá-la e intervir/interagir naquele meio, visto que se fez necessário que os dados fossem coletados de forma qualitativa, possibilitando maior veracidade da pesquisa e contribuindo diretamente na experiência acadêmica da produção do trabalho.

Foram utilizados também dados documentais de fontes como o Anuário das Mulheres Brasileiras e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a fim de embasar e enriquecer o referencial teórico, além de permitir um leque maior de opiniões, posições e questionamentos frente à temática exposta.

A pesquisa de campo ocorreu com alunas de variadas faixas etárias e estudantes do curso de Serviço Social na Universidade de Brasília. Foi realizada uma coleta de dados por meio de um formulário estruturado e *online* na plataforma *Google Forms*, com o intuito de construir um vínculo saudável e seguro com as participantes, e acima de tudo resguardando todos e quaisquer direitos das entrevistadas, sempre se preocupando em absorver suas vivências de forma imparcial e profissional.

Ao decorrer da Pesquisa é que se fez necessário adaptar a metodologia para formulários online, pois a dificuldade de encontrar pessoalmente as mulheres voluntárias, era enorme. Ressalta-se que este foi um dado observado também, pois assim foi possível perceber que a grande maioria delas contam com curto espaço de tempo livre, entre as tarefas pessoais e acadêmicas

Assim, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 7 participantes através do questionário online, todavia, foi resguardado o anonimato das participantes e explicada a finalidade da pesquisa. Por fim, ressaltou-se a disponibilidade em repassar os dados finais da pesquisa para as participantes que assim o desejassem.

O conteúdo adquirido nas entrevistas foi somado aos estudos documentais retirados de alguns autores e autoras da temática trabalhada como Silvia Yannoulas,

Claudia Benevento, Vagner Santana, Maura Aquino e Fabrícia Maciel, bem como de leis de variadas instâncias.

Por fim, cabe salientar que nesta pesquisa não se optou pela escolha de apenas um entre os métodos qualitativo ou quantitativo, mas buscou-se uma relação entre ambos, respeitando os limites e conduzindo a pesquisa da forma mais coerente e enriquecedora possível.



## **CAPÍTULO I – AS MULHERES VÃO À LUTA**

Dados do Anuário das Mulheres Brasileiras (2011) mostram que mulheres equivaliam a 13,3% da população de desocupados nas regiões metropolitanas, enquanto os homens alcançavam o percentual de 8,1%. Essa diferença é ainda mais marcante no caso das mulheres negras que representavam 15,5% dos desocupados frente a 8,9% dos homens negros e 7,2% dos não negros.

Já os dados referentes ao Distrito Federal, sobre o rendimento médio real dos desocupados por sexo segundo o nível de instrução, mostram que o acesso desigual à renda é uma realidade que persiste independente do nível de instrução (TEIXEIRA; CERQUEIRA, 2013).

Dessa forma, com o propósito de apontar e compreender as diferenças de gênero e questionar os elementos que compõem essa realidade, o presente capítulo visa abordar a identidade de gênero, o patriarcado e a maternagem e, por fim, o papel social da mulher.

O propósito deste capítulo é contextualizar e evidenciar alguns pontos de vista do denso debate Feminista. É importante pontuar que nesta pesquisa, trabalhou-se com o recorte de gênero feminino, mais precisamente, mulheres cisgênero<sup>1</sup>. Para entender minuciosamente como se dá a formação do gênero feminino em mulheres cisgênero é preciso compreender quais elementos em comum estão presentes na cultura patriarcal e binária<sup>2</sup>.

### **1. A IDENTIDADE E AS DESIGUALDADES DE GÊNERO**

Por ser imprescindível o recorte de gênero nesta pesquisa, faz-se pertinente iniciar este capítulo com a famosa citação de Simone de Beauvoir (1980, p.9), “não se nasce mulher; torna-se”, para discutir aspectos de identidade de gênero no contexto societário atual. A identidade de gênero é assunto amplamente debatido em diversos setores da sociedade, principalmente grupos de movimentos sociais feministas e LGBT<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> (...) Cisgênera é uma mulher que nasceu com vagina/vulva e se expressa socialmente como mulher (expressão de gênero), é decodificada socialmente como mulher (papel de gênero) por vestir-se/comportar-se/aparentar com aquilo que a sociedade define próprios para uma mulher, e reconhece-se como mulher (identidade de gênero), logo, é uma mulher (gênero) (ANDRADE, 2013, p.1).

<sup>2</sup> Nesta Pesquisa entende-se como Cultura Binária, as sociedades que em sua maioria, identificam e socialmente aceitam, apenas dois gêneros, o masculino e o Feminino.

<sup>3</sup> (...) LGBT é uma sigla que compreende todos os indivíduos que em nossa sociedade são classificados como homossexuais, ou seja, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. A sigla além de se referir a todos que diferem da orientação heterossexual, é também, um movimento que luta pelos

Defende-se como pressuposto, que a identidade de gênero não dependa absolutamente de fatores genéticos, anatômicos ou de cunho físico, e perpassam muito mais os elementos psicossociais e culturais (ANDRADE, 2015).

Pautando-se nesta análise, nesta pesquisa foi adotada a compreensão de que a identidade de gênero seja fluida e moldável, e é importante considerar e pontuar que a formação do gênero ao longo da vida de um indivíduo, passa diariamente por influências externas.

À vista disso, faz-se necessário diferenciar identidade de gênero de identidade sexual, considerando que falar de sexualidade remete aos diferentes tipos de atrações sexuais e afetivas presentes na sociedade. Existem diversas variações e combinações destas atrações e estas possuem diferentes nomes, entretanto, o importante nesta pesquisa é compreender que a orientação sexual de um indivíduo independe de seu gênero, e partindo deste princípio pode-se adentrar com mais profundidade na questão de gênero.

Atualmente, os dois gêneros em maior evidência social são o feminino e o masculino, por isso o termo “binário”. Acredita-se que a construção social do gênero feminino é desigual em relação ao gênero masculino em diversos aspectos da sociedade e também em diferentes tipos de civilizações. Aqui, será destacado o contexto brasileiro, mais especificamente do Distrito Federal.

No Brasil a atribuição de papéis sociais entre homens e mulheres é bem delimitada, há uma divisão muito aparente do que é característico de cada gênero e certa relutância em quebrar essa divisão. É uma cultura enraizada nos hábitos populares, literaturas, mídias, políticas, educação e diversos outros meios de interação social que ditam cotidianamente o binarismo e a desigualdade de gênero. É desafiador pensar e questionar as tradições brasileiras que impõem desde a infância, quais brinquedos, cores e comportamentos são adequados para cada gênero.

Mais preocupante ainda é o desnivelamento entre o tratamento dos dois gêneros, pois é perceptível que o papel mais frágil e delicado é constantemente dedicado às mulheres. Essas formações de cuidadoras, meigas e pacientes, as colocam em evidência para determinadas profissões e lugares sociais. É importante pontuar que se trata de generalizações sob uma visão macro do sistema patriarcal brasileiro.

Neste sentido, partindo de uma análise da infância feminina, percebe-se que a sociedade se organiza como uma extensão dessa divisão de gêneros binários. Tal divisão ocorre desde a infância, e os múltiplos papéis da mulher são resultantes deste processo, principalmente no âmbito doméstico e de maternidade. As brincadeiras vinculadas às meninas são, em sua maioria, com um teor doméstico, delicado, que ensinam a cuidar de outras pessoas e, principalmente, a ser mãe. Na pesquisa *O Conceito de Gênero e suas Representações Sociais* (2013) é claro como se dá o processo de desigualdade de gêneros no meio social:

(...) O destino de identidades e atividades como a separação dos âmbitos de ação para homens e mulheres, que estão valorizados de forma diferente, é a expressão social da desigualdade (VELOSO, 2001). Desta valorização desigual surge um acesso também desigual ao poder e aos recursos, o que hierarquiza as relações entre homens e mulheres. As diferenças nas remunerações no mercado de trabalho, por exemplo, são partes importantes da desigualdade entre os sexos. Mas existem muitas outras esferas de benefícios diferenciados: na divisão do trabalho dentro do lar, no grau de cuidados ou de educação recebidos, na liberdade de escolha, respeito ao tipo de vida que se deseja levar (SANTANA; BENEVENTO, 2013, p. 1).

Assim, é importante salientar que ao longo das décadas e gerações, estes valores têm sido amenizados socialmente, mas não desapareceram. São valores morais conservadores que, em conjunto com diversas outras questões, estão presentes no dia-a-dia de milhares de mulheres no Brasil e ao redor do mundo.

Ao analisar os papéis sociais dos homens e mulheres, nota-se que geralmente ao homem é designado o papel de provedor social, aquele que cuida da propriedade privada, disponibiliza recursos para subsistência da família e possui articulação mais externa ao lar. Já em relação à mulher, geralmente são designados os cuidados do interior do lar, da família e a administração doméstica. Ao homem está o papel de maior evidência e importância social do que às mulheres (TEIXEIRA, 2010, n. p).

É frequente ver nas grandes mídias e nos meios de convivências sociais, a ideia de que o papel das mulheres dentro de seus lares esteja diretamente vinculado à força emocional, paciência, educação de filhos e compreensão com os problemas do marido (SANTANA; BENEVENTO, 2013). Mas ao falar do papel da mulher na sociedade como um todo, é imprescindível falar dos avanços conquistados por lutas sociais e articulações do movimento feminista.

Nada do que se tem hoje por direito na classe feminina veio por acaso. Santana e Benevento (2013) explicitam que o crescimento da participação feminina na esfera

popular, até mesmo a necessidade desta participação, é resultante de reivindicações feministas. Tais reivindicações asseguraram o direito ao voto, direito ao trabalho formal, e participação pública.

Sobre a questão do direito ao trabalho, é imprescindível ter muita cautela para, em hipótese alguma, desmerecer a luta das mulheres negras, que desde sempre tiveram que trabalhar. Eram ainda mais desvalorizadas que as mulheres brancas, e por mais que compusessem a luta feminista, suas demandas sempre foram diferentes, por agregar o fator racial e suas diferentes formas de opressão.

A escritora Gloria Jean Watkins mais conhecida como bell hooks<sup>4</sup> nascida nos Estados Unidos no dia 25 de setembro de 1952, é um dos maiores ícones entre feministas negras que abordam as questões de gênero, raça e classe. bell hooks mostra em várias obras, incluindo *Ain't I A Woman: Black Women and Feminism*, de 1981, como a luta das mulheres brancas e negras eram diferentes, assim como seus privilégios e desvantagens.

Criticando o sexismo dentro do Movimento Negro e o racismo dentro do Movimento Feminista, bell hooks se tornou conhecida por contribuir neste debate atual, de modo que, ao conceituar o feminismo, não se deve de forma alguma deixar de salientar as questões de raça.

Sendo assim, é pertinente citar o Feminismo Interseccional<sup>5</sup> e entendê-lo como um movimento que busca, acima de tudo, a equidade dos gêneros, mas que considera e contempla diferentes esferas como: raça, etnia<sup>6</sup>, classe, orientação sexual, religião e diversos outros determinantes sociais.

A classe social aparenta ser o mais antigo fator debatido entre os primeiros grupos feministas e, para compor este denso e texturizado contexto de luta feminista,

---

<sup>4</sup> A autora utilizava este nome como seu pseudônimo em homenagem à mãe e a avó, e tratava seu nome com letras minúsculas como uma forma de exaltar o conteúdo de seus livros, mais do que a ela mesma.

<sup>5</sup> Feminismo Interseccional é uma vertente do Movimento Feminista, como resultado da luta de várias mulheres negras que passaram a discutir as limitações do Movimento Feminista Tradicional (MESQUITA, 2015). (...) Interseccionalidade é um conceito sociológico que estuda as interações nas vidas das minorias, entre diversas estruturas de poder (MOUGEOLLE, 2015, p.1).

<sup>6</sup> (...) O conceito de raça carrega uma longa trajetória (Wade, 2001), que no século XIX culminou com a produção teórica do racismo científico. Essa teoria legitimava a superioridade da raça branca europeia e a inferioridade das demais raças humanas, sendo que a raça negra ocupava o último nível nessa hierarquização biológica. (...) No campo teórico, Lilia Schwarcz (2001) é uma das autoras que sustenta a ideia de que mesmo que o conceito raça já tenha sido desconstruído do ponto de vista biológico, ele ainda é um potente conceito descritivo e analítico das relações sociais. (...) o conceito de etnia aborda as questões de identidade dos povos, e nem sempre expressa relações de dominação. Segundo Fredrik Barth (1969/1998), nessa conceituação é fundamental o estabelecimento de fronteiras de diferenciação, em que a questão cultural é central. (SILVEIRA; NARDI, 2010, n.p)

assim, faz-se necessário um aprofundamento maior no sistema patriarcal e suas implicações sociais.

## **2. O PATRIARCADO E SEUS IMPACTOS NO EXERCÍCIO DA MATERNAGEM**

Acredita-se, salvo as devidas proporções, que o sistema patriarcal<sup>7</sup> possa ser comparado em algumas instâncias com o sistema escravocrata (AGUIAR, 2000). A hierarquia social e de gênero, onde há dominação masculina sob as mulheres, perpassa o âmbito familiar e permeia-se no Estado, nas vias políticas e econômicas da nação.

No Brasil, a dominação patriarcal desencadeia automaticamente impactos individuais e coletivos na vida de todos os indivíduos, evidenciando que a relação de dominação entre pessoas é o exercício da autoridade pessoal que é sobreposto a alguns por outros, de tal maneira que esse tipo de relação, dentro do patriarcado, é legitimado e reforçado minuciosamente nas expressões culturais que se têm dentro das mais diversas esferas sociais.

O patriarcalismo se reproduz na família, enquanto instituição, no sistema educacional – tanto privado quanto público – e possui artimanhas para se naturalizar mediante os mais diferentes contextos sociais dentro do capitalismo. Acredita-se que o capitalismo e o sistema patriarcal estejam diretamente interligados, influenciando nos custos da mão de obra feminina, de modo que ser mulher é um fator socialmente significativo na trajetória econômica e de vida desta categoria.

Começa com a desqualificação da mão de obra feminina em determinadas profissões, e vai até a dificuldade na ascensão de cargos empresariais e, mais recorrente ainda, a dificuldade em sequer conseguir um emprego formal. Fora a situação das mulheres que, por ganharem menos exercendo os mesmos trabalhos que os homens, acabam se sujeitando a esse e outros tipos de desigualdade para manter-se no mercado de trabalho.

Tendo como propósito ilustrar um pouco o papel da mulher no âmbito trabalhista e social, cabe o seguinte trecho da obra *Trabalhadoras: análise da Femininização das profissões e ocupações* (2013):

---

<sup>7</sup> (...) O conceito de patriarcado tem sido usado na literatura feminista internacional para significar as relações de poder entre homens e mulheres. As mulheres são subordinadas aos homens no sistema patriarcal (AGUIAR, 2000, n.p).

(...) Desde a infância até se tornarem idosas, as mulheres cuidam de crianças, idosos, deficientes e mesmo de homens adultos. A existência social feminina realiza-se na medida em que elas cuidam, e, apesar de ser uma atividade essencial para a sustentabilidade da vida humana, o cuidado e quem cuida são desvalorizados(as). Nesse contexto, o cerne do que é considerado trabalho, e, por conseguinte, a atividade capaz de gerar valor formatou-se em torno da sua modalidade remunerada, especialmente a assalariada (MARTÍNEZ FRANZONI, 2005). A esfera pública – em que é travada a disputa entre capital e trabalho, tida como fundante do modo de produção capitalista – consagrou-se como um espaço masculino. Já a reprodução social da vida e o cuidado, ao revés, ficaram adstritos à esfera doméstica, abarcando atividades tão essenciais para a vida humana quanto invisíveis, o que lhes confere a qualidade de um “não trabalho”; um atributo natural das mulheres, que se manifesta pelo exercício das regulares atribuições enquanto esposa e mãe, decorrentes do amor e do carinho femininos (CARLOTO; GOMES, 2011). Não se tratam apenas de esferas separadas do ponto de vista dos atributos de gênero, mas a que se atribuem valores assimétricos, sendo a esfera pública e da dita produção hierarquicamente superior à doméstica e de reprodução social (MARCONDES, 2013, p.251).

Neste âmbito, pontua-se que o capitalismo é um sistema cíclico, que possui seus altos e baixos para sua própria manutenção, e nele estão inseridas as mulheres que, além de ser alvo das mazelas capitalistas, enfrentam também o patriarcado. Além disso, são inúmeros os fatores enraizados na sociedade que desenham uma trajetória pré padronizada para as mulheres, e principalmente para as mulheres que são mães.

A instauração do capitalismo e com ele a divisão de classes na configuração atual – burguesia e proletariado – é um dos fatores a ser considerado na historicidade das mulheres trabalhadoras, visto que, em determinado momento, as mulheres que antes ficavam somente no âmbito doméstico, foram impulsionadas a ofertar suas mãos de obra para o sistema (BARRETO e JESUS, 2012).

Visto como se dá o papel da mulher no sistema capitalista, e ponderando suas ligações com o sistema patriarcal, coloca-se em pauta aqui, que é importante compreender de que forma e em qual nível o patriarcalismo molda os padrões do exercício da maternidade. Tendo em mente os padrões femininos que foram citados anteriormente, torna-se prudente, buscar entender as problemáticas que estão em evidência no papel social das mães brasileiras em geral.

Antes de debater a maternidade, é interessante ponderar o entendimento de que há subjetividade dentro de cada mulher que é mãe e é válido, e necessário, respeitar os mais diferentes formatos de cuidados maternos que existem, dentro dos mais variados campos de estudos.

Posto isso, pontua-se que por muito tempo, o exercício da maternidade e todas as questões inerentes a ela, foram quase que estritamente vinculadas às mulheres. Por envolver ações biológicas como gestacionar, parir e amamentar vinculou-se a maternidade com a maternagem<sup>8</sup> e atribuíram estas às mulheres dentro da instituição familiar (ARAÚJO; MOURA, 2004)

Ao analisar como se dava o processo de maternagem em séculos passados, é possível perceber que na Europa nem sempre o vínculo e afeto dos pais com suas proles eram estimulados, de modo que a taxa de sobrevivência na primeira infância era relativamente baixa e, por uma preocupação demográfica, os estímulos para mudar a relação dos tutores com as crianças foram se modificando, resultando no aumento das taxas de sobrevivência infantil.

Neste percurso, os processos de construção social dos cuidados maternos foram alterando-se, até o ponto de naturalizarem ações de proteção, amor, zelo e afetividade a todas as mulheres que pariam. Nessa conformidade, os papéis maternos e paternos passam a se estabelecer de forma nova, e em consequência de discursos econômicos e demográficos. Com as mudanças ao redor do mundo e a naturalização de determinados comportamentos considerados “maternos”, constitui-se alguns tipos de comportamentos humanos que são arduamente exigidos apenas das mulheres (ARAÚJO; MOURA, 2004).

Após densa, conflituosa e complexa transformação da família ao longo dos séculos e décadas no Brasil, cabe agora refletir as especificidades das mulheres mães e universitárias, de modo a contemplar e enfatizar os diferentes contextos sociais e raciais destas mulheres.

Pondera-se inicialmente que as experiências de vida dos ancestrais de cada uma das mulheres alunas, influenciam direta ou indiretamente em sua jornada acadêmica e suas vidas pessoais, de maneira que a classe social a qual pertencem em conjunto com o capital cultural e social<sup>9</sup> de suas famílias, considerando então que a conjuntura financeira, emocional e afetiva dos diferentes lares, afeta materialmente e imaterialmente a vida das mulheres estudantes. À vista disso, salienta-se que:

---

<sup>8</sup> Diferentemente da maternidade, que envolve os atos físicos e biológicos da reprodução, a maternagem é um conceito social, que diz respeito aos laços afetuosos criados entre os tutores e filhos. (ARAÚJO; MOURA, 2004)

<sup>9</sup> (...) Na perspectiva de Bourdieu, os diferentes tipos de capital são instrumentos de apropriação e acumulação de vantagens, sobretudo de caráter econômico e de prestígio social. Logo, a trajetória escolar vivenciada pelo sujeito-aluno protagonista da atualidade precisa ser entendida a partir das experiências vividas por seus ancestrais e não independente delas (ÁVILA; PORTES, 2012, n.p).

(...) Nas famílias das camadas populares é um fato comum as meninas assumirem responsabilidades com o trabalho doméstico ainda na infância. No espaço privado dessas famílias constroem-se, desde a infância, espaços modeladores bem delimitados na educação de meninos e meninas. As meninas passam por uma espécie de "treinamento" que, na maior parte das vezes, logo as fará seguirem o mesmo rumo profissional que grande parcela das mulheres das camadas desfavorecidas: a entrada no mercado de trabalho pelo emprego doméstico. No mercado de trabalho brasileiro, apenas 25% das empregadas domésticas têm carteira de trabalho assinada e essa ocupação ainda hoje representa a possibilidade de trabalho para a maior parte das mulheres das classes desfavorecidas. Quando se sobrepõem as variáveis ocupação profissional, gênero e pertencimento étnico, verifica-se que, entre as empregadas domésticas, as mulheres negras, além de serem a maioria, são também as que, quando comparadas às empregadas domésticas brancas, recebem os menores salários e têm menores vínculos no mercado formal (ÁVILA; PORTES, 2012, n.p).

Torna-se visível o quão perverso, machista e racista se faz o contexto de entrada e permanência das mulheres no âmbito do mercado de trabalho e ensino superior brasileiro, de tal maneira que é importante reforçar que a luta das mulheres mães e negras nas Universidades Públicas brasileiras, é ainda mais árdua do que das mulheres brancas. Exposta esta conjuntura de desigualdade de gênero e raça, é importante sinalizar as influências contemporâneas no papel social da mulher.

### **3. O PAPEL SOCIAL DA MULHER MÃE NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO**

Levando em consideração as ponderações feitas sobre o processo histórico de maternagem e as implicações do sistema patriarcal e capitalista sobre as mulheres, cabe agora fazer uma análise mais pontual e contemporânea com o propósito de compreender e questionar como se dá o processo de naturalização das ações femininas do universo materno.

Percebe-se que entre as cobranças sociais que moldam quais características e objetivos as mulheres devem atingir, encontra-se ser mãe e, na grande maioria das vezes, se ocultar e se diminuir enquanto pessoa e mulher, para ser considerada uma boa mãe. De variadas formas é reforçado que ser mãe é quase uma necessidade natural de cada mulher e, junto com essas pré-determinações, encontram-se outras ainda mais estruturais que desempenham uma espécie de protocolo a ser seguido, para ser mãe da maneira “correta”.



Padronizam-se a idade, o estado civil e a situação financeira em que as mulheres devem começar a reproduzir, e vinculam-se alguns comportamentos ou falta deles com um suposto instinto materno. A crítica central desta etapa do trabalho situa-se em enfatizar a discordância com tais padrões culturais e machistas que estão permeados nos debates populares a respeito de ações da maternagem.

Acreditar que todas as mulheres carregam em seu útero uma pré-disposição para criar determinados laços afetivos com sua prole e, assim, terem que admitir diferenças em vários níveis econômicos, políticos e sociais em relação aos homens, é um dos fatores que movimentam a cultura brasileira e que permeiam os campos da vivência maternal. Todavia, é importante ressaltar que a composição familiar que abarca as mulheres brasileiras perpassou diversos acontecimentos históricos e mudanças pontuais em suas configurações. Ou seja:

(...) o final dos anos 60 e as décadas de 70 e 80 foram marcadas não só pela participação ativa das mulheres no contexto social, político e econômico do País mas também por relações mais igualitárias entre os cônjuges e entre pais e filhos (Dessen & Torres, 2002). Nessa época, os movimentos feministas, hippies, homossexuais, estudantis, ecológicos e negros ganharam força representativa, evidenciando um momento de transformações na vida social e privada, especialmente quanto à maior igualdade de papéis entre homens e mulheres, à maior volatilidade das relações afetivas e à ampliação das escolhas sexuais, dentre outras questões (Galano, 2006). As mães, mesmo iniciando a sua vida profissional fora do lar, carregavam o compromisso com a educação dos filhos, o que implicava, assim, uma dupla jornada de trabalho, mesmo quando podiam contar com a ajuda de terceiros (Santos, Caldana, & Biasoli-Alves, 2001) (DESSEN, 2010, n.p).

Percebe-se então que não há como criticar estes padrões sociais sem compreender que, historicamente, o processo de mudança é gradativo e interdependente de diversos fatores. Contudo, é importante ressaltar o envolvimento dos movimentos sociais e suas lutas frente a esta problemática: década após década, as demandas das mulheres mães mudam acompanhando as novas configurações sociais, e frequentemente vão sendo construídas mediante o embate das lutas populares com os interesses governamentais.

Outro ponto importante é o domínio das religiões na estruturação dos conceitos maternais e femininos a ponto que, no Brasil, vivem-se tempos de forte evidência e discussões acerca da influência religiosa na legislação brasileira. Traz-se essa análise apenas na ótica mais palpável e visível da questão, mas vale refletir e questionar as

regras “invisíveis” às quais milhares de mulheres são submetidas - com ou sem consciência - por ideologias religiosas.

Cabe salientar que não se tem como objetivo analisar religiões específicas ou recriminar suas práticas trata-se apenas de viabilizar reflexões a respeito desta temática e difundir a necessidade de olhar, dar voz e colocar em evidência as demandas das mulheres mães.

Põem-se em pauta as grandes e pequenas transformações que a família tradicional brasileira está passando e, em especial, o posto de chefia familiar, visto que o número de famílias monoparentais<sup>10</sup> está crescendo em grandes proporções e, inegavelmente, as mulheres têm feito parte desta nova composição familiar, carregando estigmas e vivenciando diversos problemas sociais e culturais.

Estas novas configurações familiares são passíveis de discussão a cerca do termo “chefe de família”, visto que em se tratando de mulheres, as limitações deste cargo social são complexas e ultrapassam questões financeiras e de autoridade. De modo que é preciso considerar que muitas mulheres chefes de família, o são pelo abandono de seus companheiros, outras tantas são as únicas provedoras financeiras da família, mas se encontram sem controle total de seus bens, e em dependência da figura masculina da família.

Desta forma, é perceptível que por trás das famílias monoparentais chefiadas por mulheres e das famílias tradicionais que possuem mulheres como provedoras financeiras, ainda é presente as desigualdades de gênero nos papéis sociais, e que mesmo com a mudança gradual no âmbito familiar brasileiro, as desigualdades continuam latentes.

Um elemento que pode ser citado é o fator econômico, visto que as maiorias destas mulheres que compõem as famílias monoparentais de diferentes regiões brasileiras estão diretamente ligadas à pobreza, haja vista que no Censo Demográfico de 2000 foi publicado que o provento das famílias chefiadas por homens era de R\$827,00 (oitocentos e vinte e sete reais) ao passo que das mulheres era de R\$591,00 (quinhentos e noventa e um reais) (SULPINO, 2016).

No Brasil, as mulheres chefes de família e com filhos pequenos possuem os menores valores mensais de rendimentos na estrutura ocupacional nacional, de maneira que são mulheres que dominam o cenário de pobreza familiar brasileira.

---

<sup>10</sup> Famílias constituídas por um dos genitores ou tutores e seus filhos (SULPINO, 2016).

(YANNOULAS, 2013). Neste sentido, é possível pensar estes dados como retrato de uma femininização da pobreza, considerando que feminizar seja o ato de compor uma categoria majoritariamente pelo gênero feminino.

Torna-se visível o quão problemático a femininização em alguns setores da sociedade é, pois se trata de inferiorizar, colocar à margem da sociedade, diminuir oportunidades de vida, dificultar ascensão econômica, política e humana das mulheres, principalmente das mulheres de classes baixas.

Dessa forma, diariamente as mulheres mães são coagidas, orientadas e instruídas a adquirir certas práticas relacionadas à maternidade, sendo obrigadas a se desdobrar física e psicologicamente em nome do “cuidado materno”, frequentemente tendo suas vontades próprias e características subjetivas surrupiadas com o propósito de manutenção do sistema patriarcal.

Viu-se que na história, os movimentos sociais e religiões possuem papel determinante na trajetória política, econômica, trabalhista e social nas configurações familiares brasileiras, e pontua-se a urgência em desmistificar conceitos acerca da maternagem, do papel feminino e da valorização atribuída a todas as mulheres.

As lutas feministas trazem demandas de mulheres de diferentes gerações, classes sociais, etnias, religiões, orientações sexuais, identidade de gênero, regionalidade e culturas, então, considera-se extremamente vital que os movimentos feministas sejam interseccionais, e busquem ao máximo abarcar as necessidades das mulheres contemporâneas. Não há mudanças substanciais senão aquelas que atingem o cerne do problema social e garanta respeito, dignidade e, acima de tudo, equidade dos gêneros.

Assim sendo, no próximo capítulo serão discutidos os aspectos sociais e históricos dos movimentos sociais e estudantil na realidade das mulheres universitárias, em especial as mulheres mães, e pontuar a necessidade dos debates acadêmicos e populares de conscientização feminina acerca de seus direitos, com a finalidade de empoderá-las e lutar pela superação das desigualdades de gênero.

## **CAPÍTULO II – CONSCIENTIZAÇÃO FEMININA: UMA NECESSIDADE PARA O BEM DE TODAS**

Tem-se como objetivo deste capítulo, pontuar e problematizar a importância de programas e Políticas Públicas, com o intuito de conscientizar meninas e mulheres de todas as raças, etnias, classes sociais, religiões e orientações sexuais a respeito de seus direitos sociais. Ponderar a importância de debates e conferências que tenham como finalidade emponderar<sup>11</sup> as mulheres brasileiras, mais especificamente as mulheres mães e universitárias, de modo que se pontua a importância e influência dos Movimentos Sociais e Movimentos Estudantis no contexto de construção de um ambiente equalitário nas Universidades brasileiras, especificamente na Universidade de Brasília. Para tanto, o capítulo abordará as Políticas Públicas para Mulheres e a Importância dos Movimentos Estudantis, Sociais e os debates acadêmicos.

### **1. AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES**

Tendo em vista que a partir da década de 1970 e 1980 tornou-se mais sólido o processo de fomentação dos direitos femininos, a fim de criar políticas municipais, estaduais e federais que abarcassem as necessidades das mulheres contemporâneas advindas das mais diferentes realidades sociais, é imprescindível debater a real eficácia dos programas, projetos e políticas públicas para mulheres.

Com intuito de resgatar um pouco da historicidade brasileira neste contexto de luta feminina, é pertinente destacar dois avanços ocorridos no início do século XXI: a inauguração, em 1º de janeiro de 2003, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), que tem como principal objetivo a promoção da igualdade entre homens e mulheres e o combate de todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente, e, em julho de 2004, a realização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que mobilizou cerca de 120 mil mulheres ao redor do Brasil e que contribuíram para a criação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (BRASIL, 2004).

---

<sup>11</sup> (...) processo de mobilizações e práticas que objetivam promover e impulsionar grupos e comunidades na melhoria de suas condições de vida, aumentando sua autonomia (KLEBA e WENDAUSEN, 2009, p. 735)

Este Plano surgiu em um contexto de luta por equidade dos gêneros, autonomia das mulheres, redistribuição das riquezas sociais, superação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, entre diversos outros objetivos.

Cabe pontuar que, neste período, o cenário político brasileiro se encontrava instável em relação ao desdobramento da conjuntura econômica do país e incerto no que diz respeito à atuação de centro-esquerda do governo do Partido dos Trabalhadores (PT). De maneira tal, os movimentos populares ansiavam por medidas governamentais em prol, principalmente, da luta contra a pobreza e outras prioridades que antes eram mais desprezadas por programas neoliberais (MARTINS, 2005).

Segundo propostas de Diretrizes para uma Política Nacional para as Mulheres (2004) foram estabelecidos cinco princípios<sup>12</sup> gerais de igualdade de gênero, voltados para as mulheres, sendo eles: igualdade, autonomia das mulheres, estado laico, universalidade e participação.

O princípio da igualdade deve ser implementado com respeito e atenção a diversidade de situações, experiências e formas de inserção social de todas as mulheres e considerando as categorias de gênero, classe, raça, etnia, de geração, orientação sexual e deficiência, no diagnóstico e na formulação, na implementação, no monitoramento e avaliação de políticas públicas.

No tocante ao respeito à diversidade na igualdade, garantir a presença do Estado, suas instituições e organismos, serviços públicos e políticas públicas nas distintas regiões do país, rurais e urbanas, de forma adequada às condições locais de moradia e territorialidade.

A autonomia das mulheres implica em favorecer a ampliação do poder de decisão das mulheres sobre suas vidas, seus corpos, sua comunidade e país, favorecendo o rompimento com o legado histórico, os ciclos e espaços de dependência, exploração, opressão e subordinação das mulheres que constroem as suas vidas no plano pessoal, da autonomia econômica, política ou social.

O Estado laico deve ser obedecido nas políticas públicas de forma a garantir a igualdade de todos e todas perante o Estado, assegurar a efetivação dos direitos já consagrados na Constituição Federal e nos diversos instrumentos internacionais como medida de proteção aos direitos humanos das mulheres e meninas. No que diz respeito à Universalidade, a luta pela universalização das políticas públicas tem sido uma marca

---

<sup>12</sup> Fonte: [www.presidencia.gov.br/spmulheres](http://www.presidencia.gov.br/spmulheres)

da luta das mulheres pelo acesso aos direitos sociais para todas as mulheres, rurais e urbanas, em sua diversidade de situações e experiências.

O princípio da universalidade deve ser traduzido em políticas permanentes nas três esferas governamentais caracterizadas por sua indivisibilidade, integralidade e intersetorialidade dos direitos. No que tange à participação das mulheres, a Política Nacional para Mulheres, e quaisquer projetos, programas e planos governamentais dela decorrente, deve ter presente a necessidade de debater com o segmento interessado que busca beneficiar, o que implica estabelecer um diálogo com os movimentos de mulheres, respeitando sua diversidade e ampliando a cidadania. (BRASIL, 2004).

Assim, é importante ressaltar que estes princípios, tanto individualmente quanto coletivamente, estão longe de serem reproduzidos na realidade em todas as esferas sociais como são assegurados na teoria.

À vista deste exemplo de ação governamental, cabe então questionar e ponderar quais foram os reais avanços, retrocessos, contradições e lutas diárias que se estabeleceram nesta década em território brasileiro e entender como se faz urgente e indispensável analisar as esferas que segregam socialmente as mulheres, de modo a questionar a eficácia na vida cotidiana das mulheres que necessitam do amparo da lei e da sociedade civil.

Acredita-se que as mulheres negras, pobres, mães, chefes de famílias monoparentais e trabalhadoras não estejam no mesmo patamar social que as mulheres brancas, de classe média e com estruturas familiares completamente diferentes, sendo importante analisar com cautela as diferentes realidades femininas para que todas sejam contempladas de forma equânime perante as Políticas Públicas.

Nesta atual conjuntura de desigualdade dos gêneros e desigualdade entre as próprias mulheres, destaca-se a real relevância da conscientização feminina e principalmente do empoderamento individual e coletivo das mulheres ao redor do mundo. Assim, cabe mencionar a criação da ONU Mulheres, que se deu em julho de 2010 após assembléia geral da ONU (Organização das Nações Unidas), com aprovação e intuito dos Estados-Membros em dar andamento e impulsionar a Organização sobre a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das mulheres, visto que:

(...) A igualdade de gênero não é apenas um direito humano básico, mas a sua concretização tem enormes implicações socioeconômicas. Empoderar as mulheres impulsiona economias mais prósperas, estimulando a produtividade e o crescimento. No entanto, as desigualdades de gênero permanecem profundamente arraigadas nas sociedades. Muitas mulheres não têm acesso a um trabalho decente e

ainda têm que enfrentar as disparidades salariais ocupacionais de segregação e de gênero. Muitas vezes lhes são negados o acesso à educação básica e saúde. Mulheres em todas as partes do mundo sofrem violência e discriminação. Eles estão sub-representadas nos processos decisórios na política e na economia. Por muitos anos, a ONU tem enfrentado sérios desafios nos seus esforços para promover a igualdade de gênero no mundo, incluindo financiamento inadequado e nenhuma representação única reconhecida para dirigir as atividades da ONU em questões de igualdade de gênero. (...) A ONU Mulheres foi criada para resolver tais desafios. A agência é uma instância forte e dinâmica voltada para as mulheres e meninas, proporcionando-lhes uma voz poderosa a nível global, regional e local (...) Fundamentada na visão de igualdade consagrada na Carta das Nações Unidas, a ONU Mulheres, entre outras questões, trabalha para: A eliminação da discriminação contra as mulheres e meninas; O empoderamento das mulheres; e A realização da igualdade entre mulheres e homens como parceiros e beneficiários do desenvolvimento, direitos humanos, ação humanitária e paz e segurança (BRASIL, 2010, p.1).

No Brasil, a ONU Mulheres é composta de 15 membros que tem como objetivo trabalhar com a sociedade civil e os programas e políticas públicas vigentes, mas sempre de modo a conscientizar a sociedade civil. Este processo de conscientização feminina sobre seus direitos e acima de tudo sobre a necessidade de não se calar em situações de injustiça, violências e opressões é crescente atualmente, visto que os novos meios de comunicação social permitem maior visibilidade e exposição destas demandas sendo então uma trajetória histórica e em constante movimento, que ao mesmo tempo é composta por contradições gritantes e perigosas para as mulheres que almejam mudanças e equidade de gênero.

Abarcar a historicidade e a importância do papel das mulheres na política permite ponderar, primeiramente, que, em geral, a representação feminina na política é inferior à masculina na grande maioria dos países. No Brasil, desde 1998, utilizam-se cotas para mulheres na política, mas, ao longo destes anos, pouco se evoluiu.

Em 2016, o governo interino presidido por Michel Temer foi recentemente alvo de indignação popular por, dentre outros inúmeros motivos, ser composto exclusivamente por ministros homens e majoritariamente brancos (ROMERO; KERSTENETSKY, 2015), enquanto no segundo mandato do governo de Dilma Rousseff, 6 ministras o compunham. Ou seja, ainda que o governo brasileiro tenha sido presidido por uma mulher, a porcentagem de ocupação feminina no governo é extremamente baixa .

É incabível e retrógrado o processo de representatividade política em um país tão miscigenado quanto o Brasil ser composto por uma parcela da sociedade que constantemente é privilegiada em diversos aspectos, em relação a outras que vão sendo sacrificadas e amordaçadas ao longo desta trajetória.

A representatividade importa e, além dela, é significativo refletir sobre como os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário serão eficazes ao legislar para minorias que não só não representam, como não vivenciam suas demandas.

Em conjunto com esta escassez de representatividade feminina no governo atual, percebe-se a forte influência religiosa no Estado que, por lei, deveria ser laico. No entanto, está comprometido com a bancada evangélica que se instaurou no Congresso Nacional, influenciando a política, a economia e a cultura brasileira, principalmente nos direitos das mulheres e da população LGBT, sendo a terceira com mais representantes no Congresso Nacional, perdendo somente para os partidos do Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (BRAGA, 2015).

O Brasil vive hoje momentos de tensão e instabilidade constante na política e na economia. Em meio a isso foi possível perceber os ataques e ofensas direcionados à presidenta afastada Dilma Rousseff, expondo o discurso de caráter machista, que culminaram no golpe político que levou à posse de Michel Temer como presidente interino.

Foram longos dias em que o país esteve em completo caos e incerteza política, com inúmeras manifestações populares e, literalmente, dividido em dois lados: os que apoiavam o afastamento da Presidenta a todo custo, e os que acreditam que esta manobra política venha para deslegitimar e retroceder os avanços populares das minorias.

Em meio ao caos político e econômico, é clara a falta de interesse em planejar e executar ações concretas em prol das mulheres brasileiras e de legitimação e reconhecimento social das lutas feministas, em busca de liberdade e oportunidade igualitária. Desta maneira, a sociedade civil, em especial as mulheres, enfrenta diariamente o medo de verem seus direitos, que foram conquistados arduamente, serem cerceados em um retrocesso histórico e perverso.



Recentemente o ex presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha<sup>13</sup>, foi autor do Projeto de Lei 5069/2013, que diz respeito à prática de aborto no Brasil, dificultando ainda mais a vida das mulheres, inclusive aquelas que foram vítimas de estupro e são legalmente autorizadas a abortar.

Percebe-se que, na intenção de punir severamente os profissionais de saúde que auxiliassem de qualquer forma a prática do aborto, Eduardo Cunha e todos aqueles que porventura apóiem esta e outras ações governamentais de negligência, maus-tratos e silenciamento feminino, utilizam argumentos arcaicos e religiosos neste contexto tão imensamente delicado e complexo que afeta diariamente vários grupos de mulheres brasileiras.

É notável o interesse em marginalizar as mulheres em várias funções sociais, bem como controlar seus úteros e vidas de acordo com interesses políticos e machistas, de maneira que, em parte do texto de justificativa da PL 5069/2013 pontua-se:

(...) A legalização do aborto vem sendo imposta a todo o mundo por organizações internacionais inspiradas por uma ideologia neo-malthusiana de controle populacional, e financiadas por fundações norte-americanas ligadas a interesses super-capitalistas (CUNHA, 2013, p.1).

Realçando então o caráter meramente econômico, conservador e medíocre em relação à vida das mulheres, sem demonstrar maiores preocupações com a questão de saúde pública que se tornou o aborto no Brasil, matando milhares de mulheres anualmente por suas práticas clandestinas.

Além da Saúde Pública, coloca-se em pauta a falta de autonomia das mulheres em relação aos seus próprios corpos, e a falta de interesse em educar, responsabilizar e punir os homens quando as vítimas de seus crimes sexuais ou familiares são as mulheres.

Desta forma, os tempos atuais têm sido muito retrógrados e marcam a história brasileira com o sangue e a dor de milhares de mulheres que sofrem diariamente com a injustiça do sistema político brasileiro, sendo urgente a necessidade de mudança no que tange prevenção, fiscalização e respeito por todas as mulheres.

---

<sup>13</sup> Eduardo Cunha é um economista, radialista evangélico, que presidia a Câmara dos Deputados, até sua renúncia efetuada no dia 7 de julho de 2016. É réu no STF pela Operação Lava Jato, sendo acusado de ter recebido propinas para viabilizar contratos entre Petrobras e empresas privadas. Fonte: <<http://www.atlaspolitico.com.br/perfil/2/487>>.

Com o propósito de abarcar a realidade universitária em que mulheres brasileiras estão inseridas, discute-se no próximo tópico os contextos históricos, sociais e de gênero dos Movimentos Sociais e Estudantis.

## **2. A IMPORTÂNCIA DOS MOVIMENTOS ESTUDANTIS, SOCIAIS E DEBATES ACADÊMICOS**

Entre os anos 1964 e 1979, o Movimento Estudantil (ME) brasileiro, de forma geral, adotou uma postura de oposição ao governo vigente, sinalizando suas ações de protesto no âmbito acadêmico. Neste processo, inclusive, obtiveram o apoio de alguns partidos e organizações políticas, como a Ação Popular (AP), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), a Aliança Nacional Libertadora (ALN), o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), a Dissidência da Guanabara (DIGB) e a Dissidência de São Paulo (DI-SP).

O auge da resistência popular do ME e de suas articulações políticas foi em meados do ano 1968, realizando atos e passeatas em virtude da luta contra repressão militar. O caráter partidário que foi se instaurando no Movimento Estudantil, ao mesmo tempo em que fortalecia as manifestações, causava algumas divergências em relação à organização estudantil frente às questões impostas, de maneira que por vezes o Movimento se encontrava desarticulado e com conflitos de interesses internos.

Ainda no ano 1968, a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5)<sup>14</sup>, a opressão militar se intensificou de tal forma que líderes e membros ativos do ME começaram a ser torturados, capturados, presos e até mortos. Entre eles, cabe citar Honestino Monteiro Guimarães, presidente da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília, se tornando uma das maiores referências de militância estudantil na UnB, após sua morte em consequência da Ditadura Militar.

Neste sentido sabe-se que a perseguição a todos aqueles e aquelas que se organizassem em prol de ideologias políticas alternativas era ativa, cruel e massacrante. Todavia, os partidos políticos e organizações vinculadas a eles, continuavam fazendo oposição de formas clandestinas e ilegais, com forças armadas, travando guerras políticas e civis.

---

<sup>14</sup> O AI-5 foi o Ato Institucional número 5 instaurado na época da Ditadura Militar e composto por 12 artigos que oprimiam e violentavam ainda mais os direitos individuais e coletivos dos brasileiros. Foi um ato responsável pela censura quase total dos cidadãos, prisões arbitrárias e poderes extraordinários para a presidência da república (DOMINGUES; PRINHEIRO; LIMA, 2008).

Em 1970, o ME começou a se reconfigurar juntamente com as organizações e partidos de esquerda, visto que não foi adiante e nem satisfatória esta postura mais violenta e agressiva de organização. Com isso surgiram novas discordâncias internas que enfraqueceram o Movimento, restringindo suas organizações aos Diretórios Centrais e Centros acadêmicos, ao ponto que, com a quase ausente manifestação de rua, o movimento foi sendo alvo mais constante e fácil das repressões militares dentro das Universidades Federais.

Em suas pautas estudantis encontrava-se a necessidade de fortificar e unir o ME, e discutir mudanças na forma de ensino brasileiro e tornar o Movimento coeso, de modo que, com este escopo, os estudantes começaram a se unir por áreas regionais, dando início aos Encontros Nacionais de Estudantes (ENEs) que ainda hoje são realizados em diversas Universidades Federais em busca de troca de conhecimento estudantil e união da classe.

Aos poucos o ME foi se reorganizando e conquistando seu espaço político de outras formas. Em 1975, com greves e lutas estudantis o movimento foi sendo reerguido, e não só ele, mas também outros movimentos como o Movimento do Custo de Vida, Movimentos Feministas, Movimentos das Mães de Mortos e Desaparecidos, trazendo então um novo momento histórico. No fim da década de 1970, era perceptível a influência de movimentos operários e sociais do povo, em conjunto com o Movimento Estudantil (SANTOS, 2009).

Por acreditar que no âmbito acadêmico o Movimento Estudantil seja a forma mais popular de representatividade estudantil, sendo também a mais forte, é importante fazer este resgate histórico, para que se possa perceber o quanto os episódios históricos afetaram e afetam o Movimento, e desta forma compreender que a luta das mulheres mães precisa ser pauta urgente e prioritária do Movimento Estudantil, pois acredita-se que mesmo com as falhas internas de organização, esse movimento é a oportunidade mais viável de dar voz as estudantes destacadas nesta pesquisa.

Ou seja, entender a resistência e trajetória dos estudantes que desenharam a história do Movimento, possibilita perceber que, se períodos muito mais conservadores e privativos foram superados, esta luta Feminista pode e deve ser fortalecida pelos estudantes.

Posta esta conjuntura histórica em que se deu parte da trajetória do Movimento Estudantil e sua importância na luta das mulheres mães, torna-se pertinente analisar

como funciona atualmente este movimento e em qual contexto está inserido, considerando principalmente a pluralidade que o compõe. Percebe-se que:

(...) Analisar o movimento estudantil é antes de tudo, analisar um movimento plural, capaz de se expressar através de vários grupos que se potencializam no cotidiano da condição estudantil. Poderíamos afirmar que este não se limita a suas organizações estudantis e formais, mas se manifesta na própria dinâmica de criação de interesses e pautas que – transformadas diariamente pela realidade estudantil, pelas relações universitárias e pela sociedade civil – pode ser capaz de mobilizar os estudantes. Assim, acreditamos que não exista um movimento estudantil unitário, mas movimentos estudantis que se inter-relacionam e se inter cruzam (MESQUITA, 2003, p. 120).

Com a pluralidade vem as demandas dos diferentes indivíduos e grupos sociais pertencentes às Universidades brasileiras e, assim, a necessidade de representatividade e espaços de fomentação e luta estudantil, respeitando as diferenças e contemplando ao máximo as necessidades específicas de todos.

Atualmente, a militância do Movimento Estudantil precisa estar em sintonia com as expressões dos demais movimentos sociais da sociedade e coletivos universitários, como os coletivos feministas, de consciência negra, de estudantes extensionistas, de cultura, entre outros. Fica claro que o processo de convivência estudantil está se reconfigurando sempre em conjunto com a história política do Brasil, nesse sentido, salienta-se a importância em problematizar o espaço social das mulheres mães nas Universidades Federais.

Em decorrência do que foi exposto anteriormente acerca das recorrentes mudanças e retrocessos no cenário político e social do Brasil, ressalta-se o clima de insegurança, instabilidade e desamparo para as lutas feministas nas universidades. Neste sentido, se valida a importância dos debates acadêmicos de cunho conscientizador e problematizador, no escopo de alcançar ambientes mais saudáveis, igualitários, flexíveis e empoderadores para todas aquelas que usufruem do sistema de educação brasileiro.

Considerando todas as bagagens sociais que trazem as mulheres ao ensino superior, já se faz possível pressupor que, em alguma instância de suas vidas, há desigualdade. Espera-se que, na Universidade, isso possa ser amenizado, mas, infelizmente, essa não é uma realidade ainda.

Assim, em conjunto com ações dos movimentos feministas e estudantis, é de interesse imediato que discentes, docentes e funcionários sejam diariamente capacitados a propor e participar de debates, discussões e toda e qualquer forma de interação interpessoal que vise repassar conhecimentos em prol da causa das mulheres estudantes.

Dentro deste contexto, ressalta-se ainda com mais ênfase, a indispensabilidade em abrir espaços concretos de aprendizagem, respeito e acolhimento para todas as mulheres mães universitárias independentemente de quais contextos sociais elas estejam inseridas, a fim de ampará-las nas Universidades e, acima de tudo, assegurar a permanência das mesmas, adaptando o sistema universitário à realidade de vida destas mães.

Exposto este contexto brasileiro de subalternidade feminina, insegurança iminente, culpabilização das vítimas e retrocesso político, cabe um maior aprofundamento nos Movimentos Sociais que abordam as questões femininas, e em como se dá a militância destes grupos no Brasil atualmente.

Para exemplificar um pouco como se dá a realidade dos Movimentos Sociais no Distrito Federal, pode-se citar a Marcha das Vadias, que talvez seja um dos movimentos que se tornaram mais conhecidos até fora do Movimento Feminista, tendo repercussão - tanto positiva quanto negativa nas mídias.

Primeiramente, o nome Marcha das Vadias teve sua origem no Canadá, conhecido como *Slut Walk*, em reação a uma palestra sobre prevenção ao estupro, onde um policial que ali ministrava, sugeriu que, para evitar estupros, as mulheres não deveriam se vestir como “putas”, causando revolta nas universitárias presentes e dando início a uma série de manifestações contra a culpabilização das mulheres estupradas.

O caso viralizou pelo mundo de tal maneira que várias militantes de diferentes países começaram a reproduzir a Marcha. Com isso foram levantadas várias problematizações acerca do tema, de modo que, em 2011, o Movimento se propagou no Brasil e tomou voz pelas ruas.

A primeira Marcha das Vadias no Distrito Federal foi realizada dia 18 de junho de 2011, contando com cerca de 2 mil manifestantes (incluindo homens), que percorreram a zona central da Capital, manifestando suas indignações sobre desigualdade de gênero, exigindo respeito para todas as mulheres, sem exceção (GOLÇALVES e GENTIL, 2015).

O Movimento Marcha das Vadias é cercado de polêmicas, tanto por suas pautas quanto pelo seu nome: muitas pessoas, inclusive militantes feministas, colocam em debate a eficácia do nome “Marcha das Vadias”, visto que o resto da população, que é leiga nos estudos feministas, se escandaliza com este termo tão pejorativo e depreciador. Acredita-se que a mensagem a ser transmitida tem como objetivo justamente

desconstruir o valor negativo das palavras utilizadas para ofender as mulheres que são ou buscam ser livres em todas as esferas de suas vidas.

Sabe-se que, corriqueiramente, mulheres são julgadas pelo tamanho de suas roupas, por suas vidas sexuais e comportamento social, de maneira que toda e qualquer mulher já passou ou vai passar algum tipo de preconceito em virtude de seu gênero, e as consequências disso podem ser extremas até as agressões físicas e feminicídios<sup>15</sup>.

À vista disso, percebe-se que outros movimentos sociais com o mesmo escopo, começaram a tomar forma e repercussão no DF, abrindo oportunidades de discussões na sociedade civil sobre estes temas tão relevantes. Um dos mais representativos é a Marcha das Margaridas, composto, em sua maioria, por mulheres trabalhadoras do campo que buscam ter seus direitos e liberdades políticas e sociais concretizadas (GOLÇALVES; GENTIL, 2015).

Tanto a Marcha das Margaridas quando das Vadias, são parte do Movimento Feminista brasileiro, e estão conquistando seus espaços de expressão na sociedade, entretanto, a nomenclatura das duas as colocam em patamares diferentes no que refere as repercussões midiáticas. É importante destacar também que, ainda que sejam dois movimentos de mulheres e para mulheres, o perfil das integrantes e simpatizantes é diferente assim como suas lutas. Justamente isso, ilustra como o Movimento Feminista precisa ser plural, abarcar as pautas, demandas e necessidades das mulheres brasileiras e, principalmente, unificar o movimento, propagando empatia entre todas.

Assim, os Movimentos Sociais se tornaram, além de formas de expressão de opiniões e reivindicações de direitos, um sistema de organização social que perpassa algumas bases culturais da sociedade como um todo e luta diretamente por ações concretas do governo em prol de suas necessidades. Neste âmbito, é interessante perceber o quanto o Brasil é necessitado de espaços e oportunidades concretas para dar voz e fomentar discussões dos Movimentos Sociais, disponibilizando a chance de disseminar conhecimentos preventivos e ações que encorajem o respeito em todas as esferas sociais.

A datar da instauração da democracia brasileira e criação da Constituição Federal de 1988 até hoje, o estímulo à descentralização do poder e maior participação social aumentou consideravelmente, ao ponto que a influência direta do povo nos

---

<sup>15</sup> (...) Feminicídio é o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher. Suas motivações mais comuns são o ódio, o desprezo ou o sentimento de perda da propriedade sobre as mulheres, em uma sociedade marcada pela desigualdade de gênero, como a brasileira <<http://femicidionobrasil.com.br/>>

diferentes tipos de poderes políticos e econômicos, é uma realidade ainda que com diversas ressalvas e problemas enraizados.

Percebe-se então a indispensabilidade em debater acerca da cidadania brasileira atual (COSTA; CUNHA, 2010). Ainda no contexto de fim da Ditadura Militar brasileira, em meados de 1985, como resultado de incessantes lutas populares deu-se início ao Estado Democrático de Direito, marcando a década de 1980 com episódios revolucionários pelo país, fazendo do Brasil palco de mobilizações populares em busca de Políticas Públicas para o povo e aprimoramento da cidadania e direitos humanos.

O ápice deste processo foi a promulgação da Constituição Federal de 1988 que, em teoria, é o vínculo máximo da Sociedade Civil com o Estado e é elemento ativo no processo de construção da Cidadania brasileira e conceituação dos Direitos Humanos. Conforme destacam Aquino e Maciel (2010):

(...) Os direitos humanos, conforme argumenta Benevides (2009), são universais, naturais e históricos; ligam-se diretamente à natureza humana; e superam fronteiras jurídicas e a soberania dos Estados. A compreensão desses direitos, portanto, não foi e não será estática ao longo do tempo, podendo sofrer a interferência de movimentos de caráter social e político. (...) Para melhor compreensão, formula-se uma organização desses direitos em três gerações: a primeira abrange direitos civis e políticos, conquistas liberais do século XVIII, consagradas e firmadas nas Constituições de diversos países; a segunda, de caráter mais social, efetiva-se nos séculos XIX e XX, ligando-se ao mundo do trabalho e a outros setores, de abrangência mais geral, como o direito à educação, à saúde, à habitação; a terceira tem caráter mais contemporâneo, referindo-se ao direito coletivo da humanidade, incluindo o meio ambiente, como a defesa da ecologia, propondo a efetivação de um direito sem fronteira, denominado “solidariedade planetária (AQUINO; MACIEL, 2010, p.10)

Desta forma, os direitos de cidadania e humanos podem ser semelhantes e muitas vezes fáceis de confundirem-se. Contudo, os Direitos de Cidadania – ao contrário dos Direitos Humanos – não são valores universais, estando vinculados à Política e leis sociais, de modo que não são tão amplos, abrangentes e naturais, como os direitos humanos aparentam ser (AQUINO; MACIEL, 2010).

À vista disso, é cabível refletir o quão complexo e determinante são as diferentes realidades sociais que norteiam todos os cidadãos brasileiros e, principalmente, dar o devido significado e destaque histórico às atuações pontuais e/ou contínuas dos mais diversos Movimentos Sociais brasileiros.

### **CAPÍTULO III – ESTUDANTES MÃES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

Tendo como base o cenário brasileiro exposto anteriormente, será discutido e apresentado neste capítulo um pouco sobre o regimento interno e o Movimento Estudantil da Universidade de Brasília, em consonância com os resultados e análises de dados da pesquisa realizada com 7 mulheres mães estudantes do curso Serviço Social na Universidade de Brasília.

#### **1. A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, SEU REGIMENTO INTERNO E A VIVÊNCIA ACADÊMICA**

Com o intuito de ilustrar para clarificar o entendimento acerca da Universidade de Brasília (UnB), começa-se este capítulo pontuando um pouco sobre a história de criação da Universidade, os principais nomes influentes em sua história, e dados a respeito do crescimento físico da Instituição.

A Universidade de Brasília<sup>16</sup> foi inaugurada no dia 21 de abril de 1962, e, atualmente, é dividida em 4 Campi, sendo o mais antigo o campus Darcy Ribeiro (Plano Piloto). Os outros 3 estão situados em Planaltina, Ceilândia e Gama. Ao todo, são ofertados 109 cursos de graduação, sendo que apenas 31 deles são noturnos e 10 à distância. Há também 147 cursos de pós-graduação e 22 especializações. Como espaço de apoio universitário da UnB, encontram-se o hospital Universitário, a Biblioteca Central, o Hospital Veterinário e a Fazenda Água Limpa.

Para analisar com mais profundidade a história da Universidade, é interessante pontuar que alguns dos principais nomes de sua história, e que ainda hoje são utilizados nos espaços universitários, são: Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e Athos Bulcão. Anísio e Darcy foram importantes educadores brasileiros, que lutaram por um sistema democrático e inclusivo de educação, de maneira que Darcy, que foi antropólogo, lutou pela criação da Universidade de Brasília e foi o primeiro reitor da mesma.

Já Athos Bulcão foi um dos mais importantes artistas brasilienses, contribuiu muito como professor na Universidade de Brasília, e demitiu-se da UnB em conjunto com mais 208 professores, que manifestaram suas indignações em relação ao golpe militar que a instituição enfrentava no ano de 1965.

---

<sup>16</sup> Fonte: <http://www.unb.br/sobre>



Nessa conformidade, é imprescindível recapitular a conjuntura da Ditadura Militar, analisando especificamente como se deu esse período na UnB. Assim como apresentado anteriormente, esse foi um período devastador no Brasil e traz consigo pavor e más lembranças até hoje, inclusive no contexto da Universidade de Brasília. Cabe então, pontuar alguns fatos sobre este período na UNB:

(...) A primeira invasão aconteceu no dia 9 de abril de 1964, apenas nove dias após o golpe militar. O então reitor Anísio Teixeira e o vice Almir de Castro foram surpreendidos por tropas do exército e por policiais de Minas Gerais. Os militares chegaram em 14 ônibus, com três ambulâncias já preparadas para possíveis confrontos. No campus, invadiam salas de aula, revistavam estudantes, procuravam armas e material de propaganda subversiva. Buscavam também 12 professores que deveriam ser presos e interrogados.

A biblioteca e os escritórios dos professores ficaram interditados por duas semanas. Depois dessa invasão, Anísio Teixeira e Almir de Castro foram demitidos. No lugar deles, o professor de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo (USP), Zeferino Vaz, foi nomeado reitor.

A segunda invasão aconteceu no ano seguinte. Em 8 de setembro de 1965 os professores entraram em greve por 24 horas. A greve foi uma resposta à demissão dos professores Ernani Maria de Fiori, Edna Soter de Oliveira e Roberto Décio de Las Casas, afastados por “conveniência da administração”.

O clima de apreensão tomou conta do campus, e outros docentes temiam ser demitidos de forma arbitrária.

No sábado, os alunos também aderiram ao movimento. Nesse mesmo dia, o reitor Laerte Ramos de Carvalho solicitou o envio de tropas militares ao campus. Segundo ele, a greve era uma falta grave e pichações que apareceram na UnB revelavam “ameaças de depredação aos prédios”.

As tropas chegaram na madrugada do dia 11 de outubro e cercaram as entradas do campus. Alunos e professores eram impedidos de entrar. Os soldados ficavam na entrada dos edifícios, proibiam qualquer agrupamento de pessoas e não permitiam nem a entrada nos laboratórios para que animais envolvidos em pesquisas fossem alimentados.

Uma semana depois, o reitor demitiu quinze professores, alegando que eles eram os responsáveis pelo ambiente de perturbação. Esses professores, segundo o reitor, haviam se manifestado de forma subversiva durante assembleia e Zeferino justificou as demissões como “medida disciplinar”. Entre os demitidos estava Sepúlveda Pertence, que mais tarde seria presidente do Supremo Tribunal Federal.

Houve reação: 223 dos 305 professores da Universidade demitiram-se em seguida. (...) A invasão mais violenta aconteceu em 1968. Os alunos protestavam contra a morte do estudante secundarista Edson Luis de Lima Souto, assassinado por policiais militares no Rio de Janeiro. Cerca de 3 mil alunos reuniram-se na praça localizada entre a Faculdade de Educação e a quadra de basquete. Esse foi o estopim para o decreto da prisão de sete universitários, entre eles, Honestino Guimarães. (BRASIL, 2016, n. p).

É memorável e lastimável o período de insegurança e crueldade ao qual alunos, professores e servidores foram submetidos, tanto fisicamente quanto psicologicamente, tornando-se então um período da história da Universidade que deve ser constantemente

relembrado, e passado de gerações em gerações para alertar e motivar a luta do Movimento Estudantil em impedir que este caos se repita.

Simultaneamente, com a superação do País em relação à Ditadura Militar, a UnB foi se reerguendo e se reconfigurando na tentativa de se recuperar deste golpe de Estado. A Universidade de Brasília foi se desenvolvendo e se recuperando deste período de censura, graças às lutas populares e Movimento Estudantil, como foi visto anteriormente, hoje se tem um cenário consideravelmente mais livre, democrático e plural.

No trecho abaixo, da Professora Doutora do Instituto de Ciência Política, Marisa von Bülow, fica visível a mudança do perfil dos alunos da Universidade de Brasília:

(...) Nos anos 90, encontrar uma estudante negra nas salas de aula da UnB era como procurar agulha no palheiro. Quando encontrávamos, quase sempre era alguém que vinha do exterior, graças aos programas de intercâmbio de estudantes entre Brasil e África. Entre professores, a mesma flagrante ausência. (...) A sala de aula das Universidades tornou-se mais plural, mais colorida, mais rica, e não apenas pelos tons de pele, mas também pela ampla variedade de experiências que os alunos de diferentes origens sociais trazem para os debates e pela diversidade das suas preferências sexuais, reivindicadas hoje de maneira muito mais transparente do que no passado” (BÜLOW, 2016, n.p)

Desta maneira, é pertinente começar a analisar um pouco mais sobre o regimento interno da UnB a fim de entender como se dá a organização e as competências dos órgãos internos, em relação ao contexto universitário e político ao qual a Universidade está inserida, sendo eles: a Reitoria, os Decanatos, as Diretorias, as Secretarias e os Conselhos.<sup>17</sup>

A Reitoria responde pela administração geral da Universidade de Brasília. Além de estar à frente de todos os interesses educacionais, econômicos e culturais da instituição, ela é responsável por firmar convênios e parcerias com objetivo de projetar e ampliar as atividades científicas e tecnológicas da Universidade no Brasil e no exterior. A estrutura administrativa da Reitoria é formada pela chefia e assessoria de gabinete, a equipe de secretaria administrativa e a coordenação de cerimonial. Todos os setores estão abertos a consultas da comunidade da UnB.

Os decanatos são responsáveis pela graduação, pesquisa e extensão. São unidades administrativas ligadas à Reitoria, que coordenam e fiscalizam as atividades

---

<sup>17</sup> Fonte: <http://www.unb.br/>

universitárias. A Universidade de Brasília é formada por seis decanatos: Administração, Pesquisa e Pós-Graduação, Assuntos Comunitários, Extensão, Gestão de Pessoas e Planejamento e Orçamento. A função de cada um deles é fazer com que os departamentos que formam a Universidade funcionem de forma eficaz.

No que tange os Assuntos Comunitários é ideal pontuar que a Assistência Estudantil é de suma importância na vida de centenas de alunos da Universidade de Brasília, e seu processo de construção histórica até sua real implementação é fruto de luta por direitos estudantis, melhorias e permanência universitária. Seria impensável o contexto acadêmico atual sem suporte econômico para os diferentes perfis de estudantes, e ainda em vista disso, é possível questionar se todas aquelas que da Assistências Estudantil necessitam, são contemplados da melhor forma possível.

As diretorias estão inseridas nos decanatos. São sete núcleos que coordenam e desenvolvem projetos e programas da área de cada decanato. Compete às diretorias orientar, estruturar, supervisionar e prover recursos humanos e financeiros. Prestam apoio técnico às unidades de graduação, elaboram e desenvolvem propostas, divulgam programas comunitários e garantem o desempenho das atividades acadêmicas e administrativas da instituição.

As secretarias são órgãos de execução vinculados à Reitoria, que têm por objetivo tratar dos aspectos ligados à política de atendimento à comunidade e aos interesses da Universidade. É responsabilidade das secretarias oferecerem apoio técnico às unidades acadêmicas e administrativas.

Os conselhos são órgãos administrativos compostos por membros da Administração, professores, estudantes e servidores técnico-administrativos. Competem aos conselhos a coordenação e integração das atividades dos departamentos, cursos, pesquisa e projetos especiais. Estabelecem as diretrizes da Universidade e supervisionam a execução de atividades. Exercem funções deliberativas, normativas e consultivas. Além de analisar as propostas e realizações de planos.

Neste contexto, o curso de Serviço Social na UnB completa 45 anos, sendo um dos cursos pioneiros em Brasília. Cabe pontuar que nesta pesquisa, não se tem como objetivo analisar a trajetória do curso e da profissão do Serviço Social e dos Assistentes Sociais, e sim buscar compreender como se deu e se dá a realidade em que o Departamento de Serviço Social está inserido, e principalmente como as estudantes mães se relacionam com o departamento em questão.

Neste sentido, é oportuno destacar a Atualização Parcial<sup>18</sup> de alunos da UnB, realizada em 2014, correspondente aos alunos da graduação em Serviço Social no Campus Darcy Ribeiro, que inclusive é o único campus que disponibiliza acesso ao curso.

Serviço Social – Diurno	Ingressantes 83	Matriculados 322	Concluintes 53
Serviço Social – Noturno	Ingressantes 84	Matriculados 302	Concluintes 22

Percebe-se que estes dados parciais e meramente quantitativos, ajudam a ilustrar o cenário estudantil e o público pelo qual o Departamento de Serviço Social encontra-se responsável. Entretanto, pondera-se também a falta de informações mais profundas por parte da Universidade, acerca do perfil dos alunos ingressantes, tanto em Serviço Social quanto nos demais cursos. Ou seja, percebe-se o baixo empenho da Universidade de Brasília em conhecer seu público, de modo a estar ciente de suas reais necessidades e trajetórias sociais, sendo problemático que uma Instituição tão grande e relativamente plural, se faz pouco efetiva desde o início da identificação de seus alunos.

Segundo dados da última atualização parcial do site oficial da Universidade de Brasília, o grupo de docentes do Departamento de Serviço Social, é composto por 30 docentes efetivos, sendo 23 doutores e 07 mestres, com dedicação exclusiva, que integram o quadro permanente da Universidade, além de 02 docentes em lotação provisória, 03 pesquisadores associados, e 01 docente colaborador.

Na parte administrativa e técnica, a divisão de cargos é feita da seguinte forma: Chefe, Subchefe, Coordenação de Graduação para curso Diurno e Noturno, Coordenação de estágio para curso Diurno e Noturno, Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Política Social - PPGPS, Secretaria do Departamento, Secretaria da Pós-Graduação, Assistência Administrativa e Auxílio Operacional.

Coloca-se em questão, o ambiente acadêmico ao qual os alunos de Serviço Social estão inseridos, para que se possa analisar o contexto em que as mulheres mães entrevistadas nesta pesquisa estão submetidas. Desta forma, no próximo tópico, o

<sup>18</sup> Fonte: <[http://www.dpo.unb.br/dados\\_institucional.php](http://www.dpo.unb.br/dados_institucional.php)>

intuito é explicitar a metodologia adotada neste trabalho, e analisar criticamente os dados da Pesquisa realizada.

## **2. APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA**

Nesta pesquisa, buscou-se analisar, descrever e problematizar a realidade das mulheres mães no âmbito social e universitário, contemplando os diferentes episódios históricos do Brasil, e realidades dos Movimentos Sociais e Estudantis, com o escopo de enriquecer o debate de gênero e viabilizar críticas ao Sistema Patriarcal, Políticas Públicas e governo brasileiro.

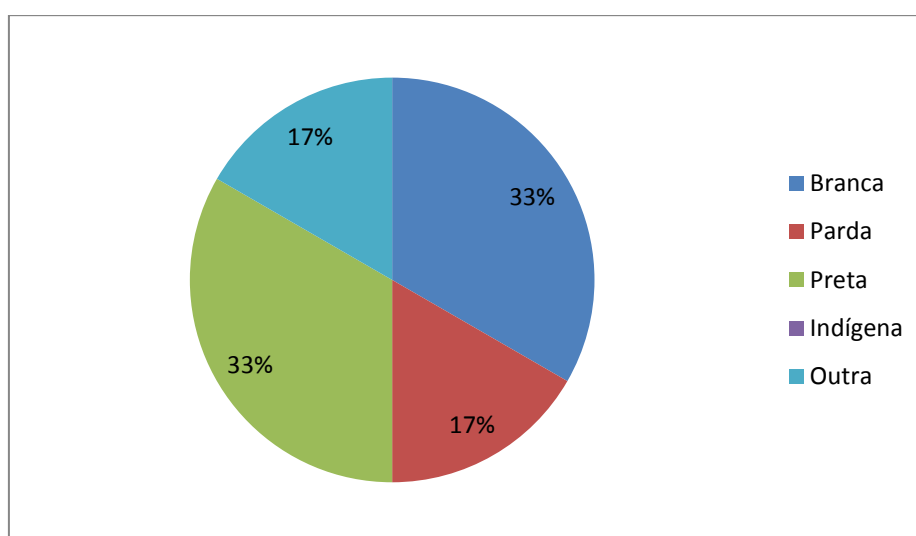
O método adotado nesta pesquisa foi o histórico-estrutural, a fim de posicionar, na estrutura e na história, o tema de pesquisa e apresentar a categoria de mulheres abarcadas neste trabalho de forma dialética e mais aprofundada. A pesquisa de campo foi realizada exclusivamente com sete estudantes do curso de Serviço Social da Universidade de Brasília, Campus Darcy Ribeiro, por meio de um questionário (apêndice 1) *online* aplicado através da plataforma *Google Forms*, constituído por 15 perguntas, entre elas 7 objetivas e 8 discursivas.

A pesquisa se deu de forma voluntária e as participantes foram abordadas por meio do grupo de alunos da graduação em Serviço Social em determinada rede social, onde foram convidadas a participar da Pesquisa. As perguntas não foram de caráter obrigatório, dando então a liberdade para que qualquer participante se absterde respondê-las sem quaisquer prejuízos.

É importante ressaltar que, durante todo o processo de criação da Pesquisa, convite informal, convite formal e preenchimento dos formulários, foram assegurados e respeitados os anonimatos das voluntárias, a fim de obter um resultado imparcial e verdadeiro, além da garantia de que as informações obtidas serão utilizadas única e exclusivamente para fins acadêmicos. Além disso, na apresentação da pesquisa foi disponibilizado o contato da pesquisadora para esclarecimento de quaisquer dúvidas, bem como a garantia de desistência de participação sem qualquer prejuízo para a participante.

### 3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA

Para analisar os dados obtidos na pesquisa foi preciso, primeiramente, traçar um perfil das voluntárias, a fim de fomentar o debate acerca de suas condições financeiras, raciais e etárias. À vista disso, na primeira questão, remetente a idade atual da entrevistada, 100% das entrevistadas responderam e afirmaram ter idades entre 22 e 35 anos, com média de 27 anos de idade. No que diz respeito à raça, 85,6% das entrevistadas responderam e o seguinte gráfico foi gerado:



Fonte: Produção própria (dados arredondados).

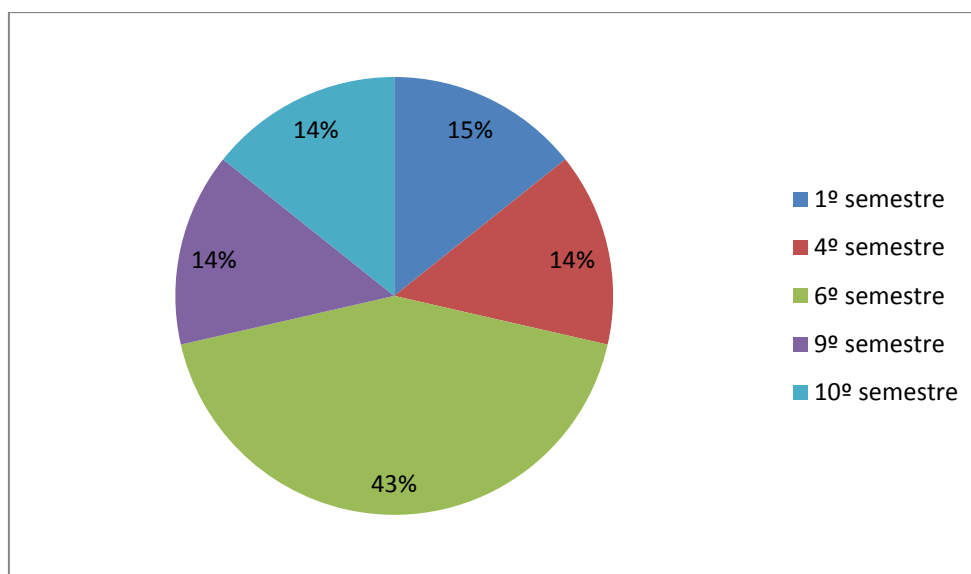
Nota-se que a porcentagem de mulheres que se consideram pardas (16,7%) e pretas (33,3%) é superior a porcentagem de mulheres brancas (33,3%), e o número de mulheres que não se identificam em nenhuma das raças citadas é significativo, alcançando 16,7% do total. Desta maneira, o que foi exposto nos capítulos anteriores acerca das dificuldades das mulheres negras e da necessidade do feminismo interseccional, se torna ainda mais pertinente e mostra a necessidade de se abrirem oportunidades universitárias que abarquem em todas as instâncias as demandas dos diferentes tipos de mulheres que se encontram na situação de “mãe e estudante”.

No que se refere à localidade de moradia delas, 85,6% das entrevistadas responderam o local onde residem, e observou-se que: duas moram na Asa Sul (Plano Piloto), uma em Taguatinga Sul, uma em Sobradinho, uma em Águas Claras e a última em Planaltina. Não se teve conhecimento acerca da infra-estrutura das casas e bairros

em questão, mas foi possível perceber que a maioria reside em lugares distantes da Universidade de Brasília.

O tempo gasto na trajetória dessas e outras tantas mulheres, é um fator a ser considerado no desgaste físico, visto que quando se tem filhos, estuda e muitas vezes trabalha, o tempo pessoal passa a ser cada vez mais reduzido, ainda mais quando acredita-se que existam mulheres que possam depender exclusivamente do transporte público brasileiro. Acredita-se que a distância seja um dos fatores que possam influenciar na taxa de ingresso e permanência destas mulheres no Ensino Superior.

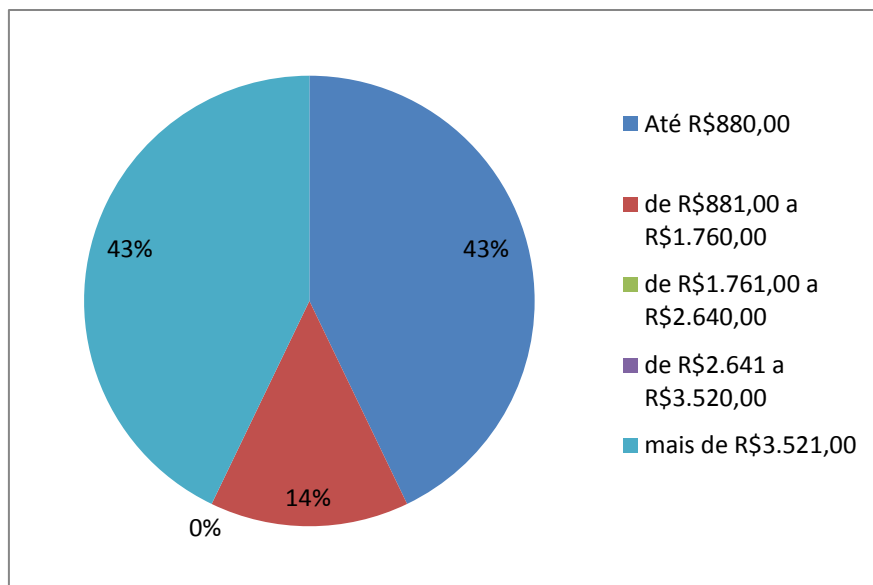
O próximo item a analisado foi em qual semestre do curso essas mulheres estão, assim, as respostas obtidas foram:



Fonte: Produção própria (dados arredondados).

Em seguida, foi avaliado quais eram as profissões das voluntárias, e percebeu-se que 57,1% são apenas estudantes, 14,1% estuda e estagia na área de Serviço Social, 14,1% é autônoma e 14,1% não trabalha. Nota-se que a maioria delas, sem profissão, poderiam usufruir de auxílios financeiros da Assistência Estudantil para acesso a programas e auxílios específicos para suas condições.

Para compreender superficialmente o perfil econômico das entrevistadas, foi questionada em seguida qual a renda familiar mensal, e 100% das entrevistadas responderam. O gráfico obtido foi:



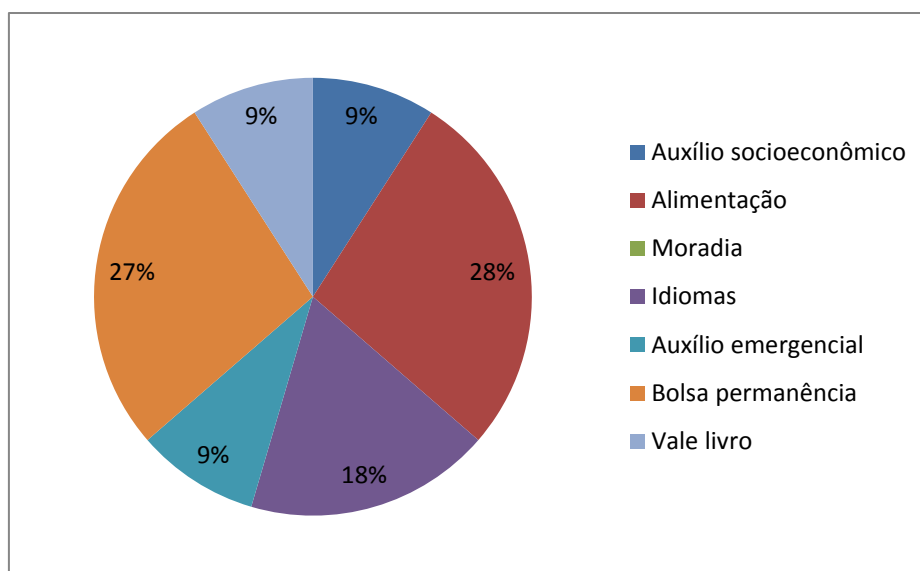
Fonte: Produção própria (dados arredondados).

Existem dois extremos de renda, e apenas 14% no meio com rendas entre R\$881 e R\$1760. Isso possibilita a reflexão acerca das desigualdades econômicas das famílias brasileiras, de forma que nas Universidades Públicas também é visível a divisão de classes dos estudantes, em seus mais diferenciados níveis.

À vista disso, foi pertinente questionar se essas mulheres recebiam algum auxílio/benefício ou programa da Universidade de Brasília, e, se sim, quais. Foram listados todos os que se teve conhecimento através do site oficial da UnB, sendo eles: Auxílio Socioeconômico, Alimentação Estudantil, Moradia Estudantil, Acesso à Língua Estrangeira, Auxílio Emergencial, Bolsa Permanência e Vale-Livro.

Nesta questão, surpreendentemente apenas 43% das participantes responderam, e foi possível perceber que:





Fonte: Produção própria (dados arredondados).

Apesar do baixo nível de respostas nesta questão, 100% das que responderam, recebem Alimentação Estudantil e Bolsa Permanência. Tratam-se de programas<sup>19</sup> que estimulam a permanência dos estudantes, através de auxílio financeiro mensal, alimentação gratuita no Restaurante Universitário, e todo semestre é feito um novo edital de admissão dos alunos bolsistas e beneficiários, onde os mesmos se submetem a uma análise socioeconômica, e caso sejam aceitos, podem realizar o cadastro.

Em seguida, o formulário aborda quantos filhos e qual a idade deles as entrevistadas possuem. A totalidade das mulheres em questão afirmaram ter apenas 1 filho (a) e as idades variaram de 1 a 11 anos, com média de aproximadamente 5 anos.

Por se tratar de crianças, sabe-se que o cuidado presencial é vital e neste sentido foi interessante questionar se já tiveram que levar o filho para a Universidade por não ter onde nem com quem deixar. Nesse âmbito, percebeu-se que 100% das entrevistadas já que tiveram que levar o (a) filho (a) pelo menos 1 vez para a UnB.

É importante problematizar este dado visto que o ambiente universitário em si, já é repleto de obstáculos para os próprios estudantes, pontuando a grande distância entre os prédios, a alimentação como um custo adicional quando se tem crianças como dependentes, além do pouco espaço de tempo entre aulas que podem tornar muito estressante essa vivência, tanto para a mãe quanto para a criança.

Pensando nisso, refletiu-se acerca dos preconceitos enfrentados por elas na Universidade e de quem eles podem partir. Desta forma questionou-se a respeito de

<sup>19</sup> Fonte: <<http://www.unb.br/>>

preconceito por parte dos Funcionários, Professores e Estudantes da Universidade, em relação à situação destas estudantes.

Como pode ser observado na tabela abaixo, em relação a primeira categoria – os funcionários – 100% das entrevistadas afirmaram nunca ter sofrido preconceito. Já no que diz respeito ao preconceito por parte dos Professores, 28,6% afirmaram ter sofrido preconceito, igualmente com a última categoria, dos Estudantes.

	Preconceito por parte dos Funcionários	Preconceito por parte dos Professores	Preconceito por parte de Estudantes
Sim	0%	28,6%	28,6%
Não	100%	71,4%	71,4%

Este quadro permite colocar em pauta para reflexão alguns aspectos relacionados aos funcionários da Universidade de Brasília, considerando que foi a única categoria que 100% das entrevistadas afirmaram não sofrer preconceito.

É importante situar rapidamente que, atualmente, os serviços básicos da Universidade de Brasília, como limpeza, jardinagem e alimentação, são realizados por funcionários terceirizados. Ao longo dos 4 anos de graduação da pesquisadora, foram inúmeros os atos e reivindicações presenciados em favor dos terceirizados em decorrência de abusos trabalhistas, e em busca de estabilidade e tratamento digno para esta categoria.

À vista disso, acredita-se que a relação entre servidores e estudantes seja hierárquica e intimidadora para os próprios servidores, visto que, majoritariamente, são de classes sociais baixas e lidam com uma universidade predominantemente elitizada e branca. As relações interpessoais neste meio acadêmico estão inseridas em um contexto brasileiro extremamente classista e racista, e estas relações se estendem para as Universidades, e perpetuam-se nos comportamentos humanos, opiniões e ações de todos que ali convivem.

Ainda neste contexto, ressalta-se que quase 28,6% das entrevistadas sofreram algum tipo de preconceito por parte dos professores e estudantes, e antes de problematizar essa questão, é preciso ter constantemente em vista que esta pesquisa se delimitou a estudar apenas o curso de Serviço Social e que, por isso, com uma amostra pequena, não se pode generalizar os dados atingidos, para a realidade total da Universidade de Brasília, e sim buscar compreender as possíveis razões para estes fatos.

Para isso, o enfoque principal é nos professores do Departamento de Serviço Social e, primeiramente, ressalta-se que a equipe de docentes deste departamento é majoritariamente feminina, bem como os discentes da graduação. Neste contexto de ocupação feminina, o Serviço Social atualmente tem em seu currículo, disciplinas que abordam questões pertinentes ao estudo de gênero, classe social, raça, economia, política, movimentos sociais e outras matérias que possibilitam uma desconstrução de alguns conservadorismos sociais.

Dos inúmeros cursos da UnB, o Serviço Social é um dos que frequentemente estimulam a luta dos movimentos estudantis e sociais, e não é incomum perceber falas em favor do feminismo por parte das docentes e discentes em questão. Com isso, colocam-se sob reflexão os 28,6% de mulheres que sofreram preconceito dentro das duas categorias, sem saber se o preconceito e/ou discriminação foi proferida por parte de um docente e estudante homem ou mulher.

Desta maneira, a indagação central da pesquisa é questionar até que ponto os educadores estão preparados para lidar com esta demanda de mulheres, e como suas ações refletem na vida acadêmica das mesmas. Com isso em mente, seguem abaixo as respostas de 100% das entrevistadas, ao serem indagadas sobre quais são as maiores dificuldades enfrentadas na vida acadêmica, por serem mães de crianças até 12 anos de idade:

*“Não ter onde deixar o meu filho, e possuir rendimento péssimo por isso. Muitas faltas e semestres trancados...”*

*“Conciliar os estudos fora da Universidade (estudar para prova, fazer trabalhos finais, encontrar com grupo pra realizar trabalhos) com os cuidados com meu filho.”*

*“Estar disponível para trabalhos, aulas, reuniões, movimentos estudantis como os outros alunos.”*

*“Falta de tempo para estudar e grana curta.”*

*“Eu trabalhava até pouco tempo atrás, tinha problemas em conciliar o trabalho, as obrigações como mãe e algumas matérias na Universidade que não são oferecidas no curso noturno.”*

*“Conciliar os estudos fora da sala com o tempo destinado as tarefas maternas e quando não tem ninguém para ficar com ele quando tenho q ir para a aula.”*

*“Tempo, pois fica complicado conseguir estudar e cuidar dela.”*

Tais respostas permitem confirmar as hipóteses inicialmente pontuadas acerca das questões econômicas e das tarefas socialmente femininas, visto que a maioria das entrevistadas relata a falta de tempo para realizar todas as atividades de mãe, e seguir normalmente a vida acadêmica com todas as suas exigências. Uma delas salienta a falta de ter com quem deixar o filho, demonstrando sua sobrecarga materna neste período árduo de conciliação com a vida acadêmica.

Considerando todos esses obstáculos, e no intuito de saber se as entrevistadas acreditam que o departamento de Serviço Social da UnB promove ações que facilitem ou estimulem a permanência de mães estudantes na Universidade, obtiveram-se as seguintes respostas:

*“Não, eu desconheço. Quando solicitei a licença maternidade, por exemplo, fui encaminhada a fazer um trancamento justificado e como caloura e leiga o fiz, pois desconhecia o meu direito de fazer as matérias em casa e ir a universidade fazer as provas. Eu desconheço as formas que o departamento facilita para as mães de crianças.”*

*“Não. Não percebi nenhum tipo de apoio em relação a isso. Percebo que o departamento ignora o processo de aprendizagem de uma mãe estudante. Como se não fizessem parte de uma responsabilidade voltada para nós, mães.”*

*“O departamento reconhece as diversas dificuldades, até mais que outros departamentos... mas fica no discurso. Não vejo ações concretas que proporcione uma condição menos dificultosa para mães.”*

*“Não. Tudo que consegui foi pelo meu interesse e esforço.”*

*“Não, pois no meu caso não me encaixo em nenhum programa de assistência estudantil que é oferecido na Universidade por ter uma renda familiar considerada alta, mesmo que essa renda não seja destinada apenas para mim. Por vezes tive que faltar aula ou*

*levar meu filho para a Universidade por não ter com quem deixar e ao chegar a aula temos que fazer o impossível para não atrapalhar a aula tampouco os outros alunos e não vi nenhuma discussão no curso sobre o assunto”.*

*“Não. Não tem nenhuma política ou ação.”*

*“Não, até o presente momento realmente não vi nenhuma ação que venha facilitar minha vida como estudante mãe na universidade, muito menos no departamento.”*

É problemático que estas alunas se sintam assim em relação ao Departamento de Serviço Social, ao invés de sentirem-se acolhidas e representadas da melhor forma possível, construindo um bom diálogo, e perceberem suas vidas acadêmicas como real prioridade do Departamento, assim como deveria ser.

Em seguida, finalizando o formulário, com o intuito de estimular a busca por soluções e medidas que amenizem as dificuldades deste público alvo, questionou-se quais tipos de programas ou benefícios a Universidade de Brasília poderia desenvolver para facilitar os estudos das alunas que são mães de crianças até 12 anos, e as sugestões foram:

*“Creche e escola é o principal, porém flexibilidade com horários e direito de levar os filhos as aulas. E auxílio específico pra mães de crianças seria muito bom também.”*

*“Principalmente creche. Eu tenho apoio da minha família para cuidar do meu filho, mas quando isso não foi possível, em algumas vezes, tive que levar meu filho às aulas, o que prejudica a concentração para adquirir o conhecimento passado pelo professor.”*

*“Creche gratuita no campus.”*

*“Oficinas para crianças, academia, dança, natação, arte em geral”*

*“Horário de matérias mais flexíveis, algum tipo de auxílio creche, criação de creche na Universidade”*

*“Creche pública dentro da UnB”*

*“Creio que uma creche seria de grande ajuda, pois iria facilitar muito. Enquanto estivesse na aula minha filha estaria na creche. Ou até mesmo uma bolsa auxílio para ajudar a pagar a creche ou a babá seria de grande ajuda.”*

Os dados gerais obtidos nesta pesquisa apontam falhas graves no sistema educacional brasileiro, e um caráter omissivo e descompromissado da Universidade de Brasília para com as mulheres referenciadas neste trabalho. As duas últimas questões apontam visivelmente a ausência de programas e ações em prol da permanência e desenvolvimento eficaz dessas estudantes, e possibilitam desencadear reflexões acerca da implementação de uma creche na UnB.

Este debate não é recente, tendo início em meados da década de 1970, por pressão dos movimentos sociais e estudantis, para implementar este cuidado infantil nas Universidades. Considerando todas as ponderações e problematizações feitas anteriormente, a respeito da Assistência Estudantil para mulheres mães, sabe-se que algumas Universidade Federais do Brasil, ao contrário da UnB, disponibilizam o Auxílio Creche, que consiste em:

(...) O Programa de Auxílio-creche visa garantir o desenvolvimento acadêmico pleno do estudante de graduação brasileiro, dos cursos presenciais e regularmente matriculados, através do subsídio aos estudantes, na contratação de serviços de creches para seus filhos, buscando alcançar a finalidade de manutenção das atividades acadêmicas do graduando, bem como reduzir a evasão acadêmica decorrente da maternidade ou paternidade precoce e não programada dos estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica. (...) O auxílio-creche destina-se aos estudantes que tenham filhos com idade entre três meses e 6 anos incompletos e detenham sua guarda. (...) Os valores concedidos variam de 10 a 80% do valor de referência estipulado anualmente pela PRAEC, com base na média de preços praticados no mercado. (...) Além de estar classificado como estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica é necessário que se submetam a avaliação específica para definição do valor do auxílio (BRASIL, fonte: <<http://www.praec.ufla.br> />).

Considerando que de 100% das entrevistadas, 85,7% incluíram a palavra “creche” em suas sugestões, esta é uma demanda que precisa ser atendida urgentemente no âmbito acadêmico, e regulamentada de forma viável e satisfatória para todos os perfis de estudantes, e até mesmo servidores, que venham a necessitar deste serviço.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, foram debatidas algumas das diversas facetas do que é “ser mulher” e mãe na sociedade brasileira, bem como as divisões de gênero nos âmbitos trabalhista, acadêmico, familiar e político, que passaram por mudanças substanciais ao longo das décadas, como as novas configurações de família e do papel feminino na sociedade. À vista de exemplificar e refletir:

(...) Os novos tipos e modalidades da participação das mulheres nos atuais mercados de trabalho colocam uma série de interrogações sobre os modos de inserção nesses mercados, se as mulheres realizam algum aporte específico, quais são os mecanismos de qualificação que utilizam ou são oferecidos para elas, por que não ocupam os mais altos postos nas suas áreas, o que significa uma participação numericamente superior em termos de definição qualitativa da profissão ou ocupação, quais os rebatimentos dessa nova inserção para a divisão sexual dos trabalhos reprodutivos e a participação do Estado nas tarefas de cuidados, entre outros. E a interrogação maior: qual seria o balanço entre transformações e permanências, entre novidades e deslocamentos? Quais as contradições, quais os paradoxos gerados pela atualização ou metamorfoses da divisão sexual do trabalho? (YANNOULAS, 2013, p.23)

Com o intuito de fomentar o debate de gênero, limitações e contradições, paradoxos e desigualdades que atingem as mulheres, aprofundaram-se os mesmos aspectos no exercício da maternagem, a fim de entender como se dá a construção social do papel da mulher mãe. Percebeu-se que as dificuldades e cobranças sociais diárias estão presentes no ato de maternar, tanto para as mulheres que o escolhem fazer ou deixam de fazer.

Tendo como base esse conhecimento, esta pesquisa focou na realidade das mulheres mães e estudantes de Serviço Social na Universidade de Brasília. Percebeu-se via pesquisas bibliográficas e estudo de campo, realizado no primeiro semestre de 2016, que a historicidade da UnB, bem como dos Movimentos Sociais e Movimento Estudantil estão em constante mudança, simultaneamente com os contextos políticos e econômico brasileiro, e isso afeta diretamente no cenário de inclusão das mulheres citadas.

Percebeu-se o quanto as Universidades brasileiras, em especial a UnB, podem ser um ambiente hostil para as pessoas pobres, não brancas, mulheres e mães, assim como para outras minorias ali inseridas. Todavia acredita-se que este é um espaço de mudança e evolução, onde a pluralidade de indivíduos excluídos pela sociedade tem

ocupado e resistido com mais afinco do que nunca, e que por mais árdua que seja a luta acadêmica desta categoria de mulheres, é preciso ponderar que os tempos conservadores e de censura, podem e devem ser combatidos com união de classes oprimidas e lutas populares, pois a própria história cronológica do Brasil é exemplo disso.

Neste sentido, ficou visível também a necessidade de programas e políticas de conscientização feminina cada vez mais eficientes, que componham a luta do Movimento Feminista em prol do cumprimento dos direitos sociais de absolutamente todas as mulheres, e da luta contínua e diária de quebra de paradigmas e tabus, que permeia a esfera das vidas públicas e privadas das mulheres.

Acreditando que as Universidades sejam reflexo e extensão da cultura brasileira, foi possível fazer um resgate da história da Universidade de Brasília e aprofundar-se também na história dos Movimentos Estudantis, com o intuito de mais uma vez, ilustrar como se dá o processo de luta e resistência dentro das Universidades.

Acredita-se que no âmbito acadêmico, é de alcance dos Movimentos Sociais, mas principalmente do Movimento Estudantil, a luta das mulheres universitárias, e por isso se faz tão importante entender a trajetórias dos movimentos, e quais as competências alcançadas ao longo das décadas.

Como graduanda na Universidade de Brasília, a pesquisadora acredita que o Movimento Estudantil da UnB não abarca e nem dá a devida importância e prioridade para as demandas das mulheres mães, além de não estimular debates profundos e viáveis entre os estudantes, para disseminar a conscientização acerca deste tema.

Faz-se esta crítica, mas com o sentimento de que o atual cenário é passível de mudança e evolução, assim como já foram inúmeros os avanços do Movimento Estudantil. Com diálogo e unificação, as minorias conseguirão alcançar representatividade completa na Universidade de Brasília, e terão suas demandas cada vez mais perto de serem supridas.

É imprescindível pensar em ações conjuntas, da administração da Universidade com os Departamentos, a fim de capacitar seus profissionais a lidar, respeitar, auxiliar e educar este público de mulheres que passam por tantas e diferentes limitações dentro e fora do âmbito acadêmico.

Nesta conformidade, a UnB, como instituição que carece de melhores apoios físicos e financeiros inclusos na Assistência Estudantil, vem demonstrando consonância com o governo atual, e falhando na missão de representar integralmente e em todas as esferas necessárias, as condições estudantis das minorias. Pondera-se ainda que os



investimentos federais na Educação não estejam nem remotamente perto do ideal para se atingir metas inclusivas e de qualidade no que diz respeito à educação de nível superior.

Poderia se investir com mais afinco em atividades, programas, palestras e até mesmo disciplinas, que promovam e estimulem a redução de desigualdades na vida acadêmica, e a quebra de preconceitos que causam discriminação entre os estudantes, servidores e professores.

Dessa forma, esta pesquisa confirmou sua hipótese inicial no que diz respeito a ausência de auxílios da Universidade para as mulheres mães e estudantes, bem como na escassez de debates e campanhas que promovam um diálogo profundo sobre igualdade de gênero, dupla jornada de trabalho, raça e maternidade. A luta por atendimento das demandas das mulheres mães e estudantes ainda é algo pouco unificado e organizado, e grande parte dos estudantes nem tem consciência desta situação com a devida importância que ela requer.

Percebeu-se também, que não foi descoberto conhecimento formal sobre ações advindas do Departamento de Serviço Social que busquem facilitar a permanência das graduandas em questão, nem por parte das participantes desta pesquisa, nem pela pesquisadora.

Como o objeto desta pesquisa são especificamente as mulheres mães estudantes de Serviço Social da Universidade de Brasília, é importante destacar esta informação como crítica direta à própria Universidade, mas sem esquecer que o Departamento de Serviço Social deveria, por ser um curso que se dedica a estudar as mazelas da sociedade e se empenha em combater legalmente as expressões das desigualdades sociais, darem suporte acadêmico para todas as estudantes que visivelmente necessitam de medidas alternativas e paralelas ao fluxo comum, para permanecer e aproveitar a graduação da melhor maneira possível.

Em conjunto com estes dados observados, encontrou-se a informação de que a maioria das entrevistadas não é branca, o que reacende o debate racial estabelecido nesta pesquisa e ilustra, de forma mais clara, o quanto se faz necessário que a Universidade seja um espaço plural, que perceba as diferenças raciais e como elas afetam as vidas acadêmicas dos estudantes, e neste caso específico, fala-se da junção de preconceito racial com preconceito de gênero.

Traz-se como sugestão que a Universidade inclua como disciplinas obrigatórias nos fluxos de todos os cursos de graduação, as disciplinas que abordam a questão racial

brasileira, e que este tema seja amplamente saturado em todos os veículos de informação na Universidade e dos Departamentos.

Outra importante informação obtida é a distância entre o local de moradia das entrevistadas com a Universidade, onde a maioria habita em cidades satélites relativamente distantes, principalmente se considerarmos que, caso o único meio de transporte utilizado seja público, o tempo gasto é ainda maior e muito precarizado no quesito da qualidade e acomodação do trajeto, visto que o transporte público no DF já passou por inúmeras paralisações e greves em prol de melhorias para os servidores e também para os usuários, sendo essa é uma pauta constante em discussões populares, e alvo de reclamações inclusive dentro da Universidade de Brasília.

Este contexto dá a oportunidade de colocar como crítica o quanto o governo brasileiro, especialmente agora sob a presidência interina de Michel Temer, em conjunto com ministros e bancada religiosa extremamente conservadores, no que diz respeito a conservar valores retrógrados e cruéis para as minorias, vem atacando em todas as instâncias possíveis, os direitos humanos de forma ampla e desigual no Brasil.

Sendo este mais um obstáculo a se percorrer na luta por educação de qualidade e para todos, e na representatividade de todos os grupos e categorias que destoam do padrão branco, classe média, heteronormativo e cristão, que tanto são exaltados no Brasil.

Assim como foi dito anteriormente, agora, mais do que nunca, a Universidade de Brasília é composta de diferenças de classes sociais gritantes, sendo confirmado nesta pesquisa como a renda familiar pode variar inclusive em uma amostra pequena como a que foi apresentada. Estes fatos possibilitam concluir esta pesquisa com a certeza de que este tema necessita que mais trabalhos e pesquisas acadêmicas sejam produzidos, e disseminados de forma inclusiva, respeitosa e verdadeira, estimulando todos os debates aqui pontuados.

Entende-se que construções e desconstruções sociais são processos gradativos e históricos, que requerem organização e ações concretas que possibilitem mudanças reais, e é com este objetivo que se finaliza esta pesquisa, e acima de tudo, com a esperança que os dados aqui coletados possam servir de inspiração para melhorias necessárias e arcabouço teórico para futuras pesquisas neste âmbito social.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, N.. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. Soc. estado., Brasília , v. 15, n. 2, p. 303-330, dez. 2000.

ALVAREZ, S. E.. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. Cad. Pagu, Campinas , n. 43, p. 13-56, Dec. 2014.

ANDRADE, D. A construção da identidade de gênero e da orientação sexual. São Paulo, 2015.

AQUINO, M; MACIEL, F. Direitos Humanos e Cidadania: um desafio ao Serviço Social contemporâneo. BH, Junho.

AVILA, R.C.; PORTES, É. A.. A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos. Rev. Estud. Fem., Florianópolis , v. 20, n. 3, p. 809-832, Dec. 2012.

BARRETO, D.F.Q.; JESUS, E.M.de.. A mulher na sociedade capitalista. Mato Grosso, Apr. 2012.

BRAGA, A. Opinião de fiéis religiosos sobre a Interrupção da Gestação Prevista em Lei. Brasília, 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. Relatório Educação Para Todos no Brasil 2000-2015. 2014.

BRASIL, ONU Mulheres. Princípios de Empoderamento Das Mulheres, 2016.

BRASIL, Portal Brasil. Campus Universitário Darcy Ribeiro, Copyright © 2008.

BRASIL, Secretaria Especial de Política para as Mulheres. Anuário das Mulheres Brasileiras. São Paulo: DIEESE, 2011.

BRASIL, Secretaria Especial de Política para as mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015. Brasília, 2010.

BÜLOW, M. A Universidade que temos e a que queremos. Brasília, 2016.

COSTA, F. L. da.; CUNHA, A. P. G.. Sete Teses Equívocas sobre a Participação Cidadã: O dilema da democracia direta no Brasil. Salvador, v.17 - n.54, p. 543-553 - Julho/Setembro – 2010.

CYFER, I. Afinal, o que é uma mulher? Simone de Beauvoir e "a questão do sujeito" na teoria crítica feminista. Lua Nova, São Paulo , n. 94, p. 41-77, abr. 2015.

GONÇALVES, E. H.; GENTIL, A. B.. Que grito é esse? Sonoridades de mulheres: uma discussão por reconhecimento. Rev. Bioét., Brasília , v. 23, n. 3, p. 542-551, dez. 2015.

DESSEN, M. Estudando a família em desenvolvimento: desafios conceituais e teóricos. Brasília dez. 2010. Psicol. cienc. prof. vol.30 no.spe.

DOMINGUES, D; PINHEIRO, M; LIMA, T. AI-5: o golpe dentro do golpe. Agenda 2008.

JESUS, J.G. de.. Orientações sobre Identidade de Gênero: conceitos e termos. Brasília, 2012.

KLEBA, M. E.; W, A.; Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. Saúde Soc. São Paulo, v.18, n.4, p.733-743, 2009.

MARCONDES, M. M.. O cuidado na perspectiva da divisão sexual do trabalho: contribuições para os estudos sobre a feminização do mundo do trabalho. In:

MARTINS, C. O Governo Lula e a Conjuntura Política Brasileira. Revista Espaço Acadêmica - Nº 50. Julho/2005.

MONTALI, L. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego. São Paulo, v. 23, n. 2, p. 223-245, jul./dez. 2006.

MOUGEOLLE, L.. O conceito de "Interseccionalidade". Julho, 2015.

MOURA, S. M. S. R. de; ARAUJO, M. F.. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. Psicol. cienc. prof., Brasília , v. 24, n. 1, p. 44-55, mar. 2004.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H.. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. Psicol. Soc., Porto Alegre , v. 18, n. 1, p. 49-55, abr. 2006.

NOBRE, M.. Igualdade para todas: estratégias para políticas públicas e ações do movimento. Rev. Estud. Fem., Florianópolis , v. 24, n. 2, p. 645-652, mai. 2016 .

ROMERO, K.; KERSTENETZKY, C. L.. Entre o altruísmo e o familismo: a agenda parlamentar feminina e as políticas família-trabalho (Brasil, 2003-2013). Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília , n. 18, p. 119-146, dez. 2015.

SANTANA, V.C.; BENEVENTO, C.T. El concepto de género y sus representaciones sociales. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Año 17, Nº 176, enero. 2013.

SANTOS, J. A repressão ao Movimento Estudantil da Ditadura Militar. Aurora ano III número 5 – Dezembro de 2009.

SILVEIRA, C. M. H.; Costa, R.G. da.. Patriarcado e capitalismo: Binômio dominação-exploração nas relações de gênero.

SILVEIRA, R. S.; NARDI, H. C.. Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha. Psicol. Soc., Belo Horizonte , v. 26, n. spe, p. 14-24, 2014.

SULPINO, C. S. O arranjo familiar monoparental chefiado por mulheres: uma análise da realidade brasileira atual. Brasília, 2016.

TEIXEIRA, D. Desigualdade de gênero: sobre garantias e responsabilidades sociais de homens e mulheres. São Paulo Jan./June 2010 Rev. direito GV vol.6 no.1.

YANNOULAS, S. C.. Trabalhadoras – Análise da Feminização das Profissões e Ocupações – Brasília: Editorial Abaré, 2013.

## 6. APÊNDICE

Este é um convite para você participar da pesquisa *Mães estudantes: desafios da maternidade e da permanência na universidade enfrentados pelas alunas do curso de Serviço Social da UnB*. Esta pesquisa tem como intuito não apenas fomentar o debate de gênero no âmbito universitário, mas, acima de tudo, pontuar os desafios da vivência acadêmica que as mulheres com filhos entre 0 e 12 anos de idade encontram ao longo de suas graduações. As informações obtidas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos, sendo garantido o anonimato de todas as respondentes.

1 – Qual sua idade?

2 – Raça:

Branca

Parda

Preta

Indígena

Outra.

3 – Onde você mora?

4 – Está em qual semestre?

5 – Qual sua profissão/ocupação?

6 – Qual sua renda familiar mensal?

Até R\$ 880,00

de R\$ 881,00 a R\$ 1760,00

de R\$ 1761,00 a R\$ 2640,00

de R\$ 2641,00 a R\$ 3520,00

Mais de R\$ 3521,00.

7 – Você participa de algum programa ou recebe algum benefício da UnB? Qual (quais)?

auxílio socioeconômico

alimentação estudantil

moradia estudantil

acesso à língua estrangeira

auxílio emergencial

bolsa permanência

vale-livro

8 – Quantos filhos você tem e qual a idade deles?

9 – Já teve que levar seu filho para Universidade, por não ter nem onde nem com quem deixar?

Sim

Não

10 – Já sofreu qualquer tipo de discriminação por parte de FUNCIONÁRIOS da Universidade de Brasília por ser mãe e estudante?

Sim

Não

11 – Já sofreu qualquer tipo de discriminação por parte de PROFESSORES da Universidade de Brasília por ser mãe e estudante?

Sim.

Não.

12 – Já sofreu qualquer tipo de discriminação por parte de ESTUDANTES da Universidade de Brasília por ser mãe e estudante?

Sim.

Não.

13 – Quais são as maiores dificuldades que você enfrenta em sua vida acadêmica por ser mãe de crianças até 12 anos e estudante?

14 – Você acredita que o Departamento de Serviço Social da UnB promova ações que facilitem ou estimulem a permanência na Universidade de mães estudantes? Justifique sua resposta.

15 – Quais tipos de programas ou benefícios a Universidade de Brasília poderia desenvolver para facilitar os estudos das alunas que são mães de crianças até 12 anos?